



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS

Palestra
A OPINIÃO PÚBLICA E A SEGURANÇA DO ESTADO

Brasília
Agosto - 2004

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidente: Luiz Inácio Lula da Silva

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Ministro: Jorge Armando Felix

SECRETARIA DE ACOMPANHAMENTO E ESTUDOS INSTITUCIONAIS

Secretário: José Alberto Cunha Couto

Edição: Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais

Endereço para correspondência:

Praça dos Três Poderes

Palácio do Planalto, 4º andar, sala 130

Brasília - DF

CEP 70150 - 900

Telefone: (61) 3411 1374

Fax: (61) 3411 1297

E-mail: saei@planalto.gov.br

Criação e editoração eletrônica: CT Comunicação Ltda

Impressão: Santa Clara Editora - Produção de Livros Ltda

A presente publicação expressa a opinião dos autores dos textos e não reflete necessariamente a posição do Gabinete de Segurança Institucional.

Catálogo da Publicação feita pela Biblioteca da Presidência da República

P157 Palestra: A Opinião Pública e a Segurança do Estado (Brasília: 2004).
Palestra: A Opinião Pública e a Segurança do Estado. Brasília: Gabinete
de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos
Institucionais, 2004.

77 p.

**1. Opinião Pública. 2. Segurança. 3. Estado. 4. Relações
Internacionais. 5. História Política - Brasil. I. Presidência da
República. II. Gabinete de Segurança Institucional**

CDD - 303.38

Sumário

I
Apresentação 05

II
A Opinião Pública e a Segurança do Estado 09

Tânia Maria Pechir Gomes Manzur

III
A Opinião Pública e a Opinião Publicada 29

Carlos Chagas

IV
Debates 39

V
Resumo 59





APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

A opinião pública brasileira é uma força política que tem estado presente em importantes momentos da história do País, influenciando e por diversas oportunidades determinando rumos tanto da política interna como das relações internacionais. Em geral, dadas as dificuldades de definição até mesmo do que seja opinião pública, essa força é minimizada ou considerada como de menor relevância por analistas da história política do Brasil. No que tange à História das Relações Internacionais do Brasil, essas dificuldades são ainda mais patentes: poucos são os estudiosos que consideram como centro de seus trabalhos a opinião pública como força profunda, motivadora, instigadora da formulação da política internacional brasileira e que por essa mesma política é influenciada.

Em momentos de crise, por exemplo, como o Dia do Fico, no Primeiro Reinado, ou ainda quando o Brasil foi à guerra contra o Paraguai e, mais tarde, quando se colocou junto aos Aliados na Segunda Grande Guerra, a participação da opinião pública foi sempre expressiva. Na história recente do País, a opinião pública foi essencial para deflagrar o movimento militar que levou à deposição do Presidente João Goulart, tanto quanto foi decisiva no impeachment do Presidente Fernando Collor. Nos dias de hoje, quando os Estados modernos se vêem diante da constante ameaça do terrorismo internacional, a opinião pública divide com os governos a preocupação com a segurança do Estado.

Essa nova situação enseja um novo comportamento da sociedade, levando o Estado não apenas a transmitir informações para a opinião pública, mas igualmente, ou principalmente, ser informado por ela.

Entendendo esse papel fundamental da opinião pública, a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República decidiu promover uma palestra para saber como se movimentam as correntes de opinião

pública diante da questão que aflige todos os governantes, a Segurança do Estado. A referida palestra teve lugar no auditório de videodifusão do Palácio do Planalto, no dia 19 de agosto de 2004.

Esse encontro, que teve como palestrante a Profa. Dra. Tânia Manzur e como debatedor o Jornalista Carlos Chagas, proporcionou, a uma seleta platéia de especialistas em Segurança do Estado, o acesso a novas informações, a novos conceitos e, sobretudo, ao que pensa a opinião pública brasileira sobre a segurança do País nesses primeiros anos do novo século.

Pelo que se assistiu, ficou a certeza de que a opinião pública pode e deve ser mais freqüentemente estudada como uma das mais importantes fontes de informação.



A OPINIÃO PÚBLICA E A SEGURANÇA DO ESTADO

Profa. Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur

Diretora do Curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, professora da disciplina História das Relações Internacionais do Brasil, na mesma universidade, onde também coordena o MBA em Relações Internacionais. Doutora em História das Relações Internacionais do Brasil, pela Universidade de Brasília, com a tese “Opinião Pública e Política Exterior do Brasil nos Governos Quadros e Goulart”. Tem vários trabalhos publicados, inclusive na Revista Brasileira de Relações Internacionais. Membro do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – e coordenadora do EMPRI – Encontro Sobre Empregabilidade e Empreendedorismo em Relações Internacionais.

A OPINIÃO PÚBLICA E A SEGURANÇA DO ESTADO

A temática da relação entre opinião pública e política externa no Brasil – e, em especial, a questão da segurança – surgiu, para mim, como um relâmpago. Quando pensava em minha tese de mestrado, eu queria muito trabalhar assuntos relacionados à diplomacia cultural ou algo que dissesse respeito à cultura e às relações internacionais.

Com a leitura do livro *Opinione Pubblica e Relazioni Internazionali*, do historiador italiano Brunello Viguzzi – um pesquisador que trabalha as interfaces entre opinião pública e relações internacionais e que dirige o *Centro per gli Studi sull'Opinione Pubblica e la Politica Estera*, da Universidade de Milão – percebi que o tema era pouco discutido em todo o mundo, mas especialmente nas relações internacionais do Brasil ao longo da História.

A partir da inspiração surgida da leitura desse livro, procurei, na dissertação de Mestrado, fazer um balanço historiográfico das relações internacionais do Brasil para compreender como a opinião pública era abordada. Percebi que minha hipótese inicial se confirmava: a opinião pública era, em geral, tratada como força secundária, não determinante, nas análises da política exterior brasileira. Tampouco era a opinião pública realçada como elemento central de análise das relações internacionais do País. O fato é que nada do que vou dizer é definitivo, mas, logicamente, partiu de muita pesquisa.

Nosso ponto de partida é o conceito de opinião pública e, uma vez estabelecido esse conceito, a identificação de como trabalhar com ele. A própria definição de opinião pública é bastante complexa nas ciências sociais e humanas. É um tema que perpassa várias análises de áreas diferentes e, realmente, a conceituação é um elemento difícil. Mas tive de empreender um esforço de teorização nessa área para trabalhar, na minha

pós-graduação, tanto no Mestrado como no Doutorado, com opinião pública e relações internacionais como área de estudo. Primeiramente, portanto, abordaremos o tema nessa perspectiva e depois tentaremos traduzir essa visão teórica para temáticas relativas à segurança. Apresentarei também algumas conclusões de pesquisa empreendida no âmbito da graduação em Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília, pesquisa essa na qual, juntamente com monitores da disciplina História das Relações Internacionais do Brasil¹, tive a oportunidade de traçar um perfil da opinião brasiliense sobre relações internacionais e segurança.

Nesse mister, quero dizer que, desde que entrei em contato com ela, a questão opinião pública e segurança causou-me uma série de inquietações, porque eu não sabia como abordar esse assunto, e de repente, despertou-me tanto interesse, tomou uma proporção tão interessante, que acabei envolvendo os meus alunos em pesquisa para trabalhar comigo nessa área.

A opinião pública em algumas áreas do conhecimento tanto está relacionada à psicologia – em especial à psicologia social – como à ciência política, à comunicação social. É algo que também paira sobre várias áreas que abordam as movimentações da sociedade em face de temas mais diversos.

Há um livro de Monique Augras que se chama “Opinião Pública”, e nele a autora afirma que opinião pública é o sentimento do povo. Existe uma série de conceituações das quais pincelo algumas, mas depois direi quais utilizei e quais são as que eu tive de conceber. Para Monique Augras,

¹ Lesley Ishii, Leticia Sampaio, Grazielle de Luca, Rebeka Moura, Sheilla Ribeiro, Rodrigo Fernandes, Thiago Queiroz, estudantes do Curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília - UCB.

opinião pública é uma expressão genuína da vontade do povo e também um meio de manipulação desse povo. Portanto, vimos que, no próprio conceito, existe uma idéia de que tanto se pode informar a opinião e ser informado por ela, como formar a opinião pública.

A relação entre opinião pública e poder, entre opinião pública e Estado, é de fundamental importância porque ela está presente em muitos momentos da história da política exterior do Brasil. Por exemplo, várias pessoas imaginam que no regime militar brasileiro não havia opinião pública, porque havia censura. Mas, como se pode fazer tal afirmação se havia meios de comunicação funcionando, se tínhamos o Congresso funcionando? O Congresso e os meios de comunicação são caixas de ressonância da opinião pública; seu funcionamento comprova a existência da opinião.

Portanto, em meus estudos iniciais, percebi que era preciso conceber uma forma de analisar a opinião pública que abarcasse todas essas nuances, em todos os momentos da História da política exterior do Brasil.

O francês Gabriel Tarde (1843-1904), primeiro sociólogo que estudou a fundo o que é opinião pública, autor de “A opinião e as massas”, disse que a opinião está para o público assim como a alma está para o corpo.

Há também um autor da comunicação social, Tupã Corrêa, segundo o qual a opinião pública é uma expressão resultante do amálgama – ou elaboração impessoal – das opiniões. Portanto, seria uma resultante de diferentes opiniões.

Para a história das relações internacionais e para todos os historiadores de relações internacionais que trabalham com o assunto, a opinião pública é, definitivamente, uma das forças profundas das relações internacionais. E esse conceito de forças profundas é

expresso por Pierre Renouvin e Jean Baptiste Duroselle, no livro “Introdução à História das Relações Internacionais”; para esses autores, as forças profundas são, grosso modo, tudo aquilo que move as relações internacionais, motivando a ação dos homens de Estado.

A opinião pública, segundo estes autores, tanto impulsiona as relações internacionais como é pelas relações internacionais afetada. Essa idéia para mim foi fundamental porque, a partir dela, pude elaborar um conceito possível. Trata-se, reitero, de um dos conceitos de opinião pública, dentre outros também viáveis para diferentes áreas de estudo, mas que serve, especialmente, à História das Relações Internacionais.

A opinião pública, na minha visão, é um conjunto de opiniões diversas. São opiniões expressas por diferentes grupos sobre determinado assunto. E além de se tratar de opinião expressa e de grupos, e se referir à temática determinada, circunscreve-se a um momento específico e a uma determinada sociedade. Por certo, trata-se de um conceito bastante abrangente. Mas, a partir dessa idéia – a de que não se trata de opiniões individuais, mas de uma percepção de conjunto, relacionada a tempo, lugar e assunto –, pode-se bem sinteticamente, caracterizar essa conceitualização de opinião pública como viável para análise de história das relações internacionais. Em outras palavras, seria um conjunto das diferentes correntes atuantes em certo momento da História, sobre o assunto de que tratei, que são as relações internacionais do Brasil.

Então, a partir desse conceito, como trabalhar a idéia de opinião pública nos governos de Quadros e Goulart? Por que esses governos? Segundo Octavio Ianni, deu-se aí o apogeu do populismo no Brasil e foi um momento em que houve interesse do próprio governo em informar e formar a opinião pública quanto à temática das relações internacionais.

Os governos de Quadros e Goulart foram tratados como uma unidade por causa da sua Política Externa Independente. O ponto de

partida foi um artigo de Jânio Quadros na revista *Foreign Affairs*, no qual o presidente brasileiro concebeu uma política externa que viesse a tornar o Brasil independente dos blocos. Seria uma política externa que não vinculasse o Brasil a qualquer preconceito ideológico, ainda que o Brasil fosse declaradamente um país ocidental e não houvesse uma vertente comunista prevalecendo no país.

Era a idéia do universalismo, da independência do Brasil em relação aos blocos, que vinha ao encontro do que acontecia naquela época que, segundo alguns autores, já seria *détente* mas, segundo outros, seria um estágio *pré-détente*, algo como uma coexistência pacífica, a ser utilizado o termo estabelecido por Nikita Krushev para caracterizar as relações entre as superpotências, Estados Unidos e União Soviética, no período após a Guerra da Coréia, até o final dos anos 60. Essa idéia de coexistência pacífica representava o início de uma distensão na relação entre as citadas superpotências e o Brasil procurou adequar-se àquela realidade, a partir das propostas universais e independentistas do Governo Jânio Quadros; a propósito, o Itamaraty, naquela época, era absolutamente atuante, haja vista o papel de Afonso Arinos e, posteriormente, San Tiago Dantas, que foi o grande responsável pela sistematização da Política Externa Independente como uma maneira de agir, um *modus operandi*, do Governo brasileiro, no período João Goulart.

Quando isso acontecia, nota-se que a opinião pública reagia muito às questões internacionais. Era um momento em que o Brasil sentia a “ameaça comunista” e ao mesmo tempo discutia o “imperialismo ianque”. Portanto, as conversas sobre relações internacionais do Brasil aconteciam na mesa do bar, em casa. Era algo muito presente.

Hoje, no governo Lula, podemos perceber uma certa retomada desse processo. Quando tivermos distanciamento histórico suficiente, poderemos, talvez, fazer um paralelo do momento atual em termos da agitação e do envolvimento da opinião pública com assuntos interna-

cionais, de como acontecia de 1961 a 1964. A idéia central é a de que, a partir da formulação de uma concepção, ou de uma forma de agir, houve também essa relação muito próxima entre opinião pública e política exterior do Brasil.

O próximo passo, então, seria identificar as principais correntes de opinião que atuaram naquele período. Que grupos teriam influência na formulação e controle da política exterior do Brasil e como as formulações teóricas e a atuação de tais grupos eram afetadas pelos rumos que tomavam os *decision-makers* brasileiros da área internacional? A historiografia tradicional – no melhor sentido da idéia de tradição – de política exterior do Brasil, em geral, apresentava duas correntes fundamentais: os americanistas e os independentistas. Logicamente, existem outras formas de observação, mas a dicotomia, a dualidade da opinião pública é comumente explorada ao longo da história da política exterior do Brasil.

Na minha tese de Mestrado, a propósito dessa dualidade usualmente presente nas análises das movimentações da opinião pública quanto a temas internacionais, consegui identificar alguns momentos, a partir do Império, em que se pode evidenciar o envolvimento da opinião pública com questões internacionais no Brasil; em geral, como já dito, a análise historiográfica caracteriza essa relação de maneira dicotômica. Quando da Primeira Guerra, por exemplo, temos os que eram a favor da participação brasileira no conflito ou contra ela. Apenas se chegou a uma movimentação da opinião convergindo no sentido favorável à entrada do País na guerra, após o ataque alemão a navios nacionais brasileiros. Por ocasião da Segunda Guerra, temos os pró-Eixo, os pró-Aliados. Nos anos 50, de 51 a 54, no segundo Governo Vargas, “entreguistas” versus nacionalistas. A dicotomia de alguma forma se perpetuou e, na análise dos governos de Quadros e Goulart, usualmente identificam-se os referidos americanistas e independentistas.

Em seguida, foi necessário captar onde a opinião pública está expressa e como identificar, à luz da História, as correntes de opinião que se revelam em diferentes momentos. Trabalhamos, então, da seguinte maneira: na análise de artigos e editoriais de jornais e revistas – porque a opinião pública tem de ser expressa e os meios de comunicação são também meios de expressão de opinião – e na ação parlamentar. Por quê? Porque o Congresso é uma caixa de ressonância da opinião pública.

A partir dos discursos parlamentares e das peças da imprensa escrita, cheguei às correntes de opinião que prevaleciam nos governos de Quadros e Goulart. Comecei a perceber que não se tratava simplesmente de um grupo americanista, ou favorável a relações especiais com os Estados Unidos, e outro independentista, seguindo a vertente governamental de formulação de uma política exterior não limitada por constrangimentos ideológicos e não dependente de qualquer das superpotências. Havia outras formas de expressão da opinião acerca das relações internacionais do Brasil, outras maneiras de abordar as questões internacionais que o País vivia naquele momento.

Por exemplo, dentre os tradicionalmente elencados como americanistas, havia aqueles que não eram completamente pró-Estados Unidos. Estes pensavam que as relações com os Estados Unidos eram fundamentais, porque com a grande potência ocidental; mesmo considerando que essas relações eram necessárias, por ser o Brasil um país ocidental, prezavam a independência da nação. Havia, por outro lado, aqueles que, para além da independência, preconizavam a idéia de universalização da política exterior do Brasil, o aumento do número de parceiros internacionais. A partir da análise dos meios de comunicação escritos e dos discursos publicados nos Anais do Congresso Nacional, consegui aglutinar as diferentes formas de expressão, os diferentes

caminhos nos quais transitava a opinião brasileira quanto às relações internacionais do País, e cheguei em quatro correntes fundamentais: liberal-associacionismo, nacional-liberalismo, universal-independente e radical-nacionalismo.

Sinteticamente, pode-se dizer que o liberal-associacionismo preconizava relações especiais com os Estados Unidos como único meio para o Brasil alcançar o desenvolvimento. Fora disso, haveria possibilidade de infiltração comunista no País, o que ameaçaria todas as instituições e a opção ocidental da nação. O nacional-liberalismo, a seu turno, defendia idéias semelhantes, mas divergia no tom, por considerar que o Brasil tinha instituições democráticas suficientemente fortes para não temer o comunismo. Para os liberal-associacionistas, a ameaça comunista, naquela época, era o grande motor das suas ações, mas os liberal-nacionalistas acreditavam, antes de tudo, no poder nacional e nas possibilidades de projeção internacional do Brasil a partir de uma associação, sim, com a potência norte-americana, mas concomitante com a preservação da perspectiva do nacional, evitando ao máximo o imperialismo yanque.

O universal-independente tinha uma tendência mais neutralista e, em grande parte, a Política Externa Independente reflete a visão dessa corrente. O Brasil precisava alargar suas possibilidades internacionais, partir para um universalismo independente das teias dos constrangimentos ideológicos, o que influenciou sobremaneira a atuação dos formuladores da nossa política externa.

O radical-nacionalismo era uma outra percepção mais extrema, como o próprio nome diz. Para aqueles que lidavam com a idéia de esquerda e direita, eram mais radicais à esquerda. Pregavam a necessidade de luta contra o imperialismo norte-americano e uma aproximação com países socialistas, a fim de favorecer a universalização das possibilidades internacionais de desenvolvimento para o Brasil.

Não eram necessariamente comunistas (ainda que alguns o fossem), mas preferiam um relacionamento especial com a União Soviética à dependência em relação aos Estados Unidos.

Há alguns ícones dessas correntes. No liberal-associacionismo, por exemplo, temos Roberto Campos e Eugênio Gudin. No liberal-nacionalismo, Celso Brant. No universal-independentismo, sem dúvida, Santiago Dantas, que é o grande mentor da formulação de uma política universalista independente. E, no radical-nacionalismo, o então governador Leonel Brizola era o grande líder dessa corrente.

E o que aconteceu, na verdade, de 1961 a 1964, é que, a partir de um certo momento, houve uma radicalização das correntes de opinião, que eram quatro inicialmente perceptíveis e, depois, vão se polarizando em duas mega-tendências: o liberal-ocidentalismo, que abarcava uma série de condições favoráveis aos Estados Unidos, contrários à ameaça comunista, e o nacional-revisionismo, veementemente contrário ao imperialismo do norte, às relações de dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos, e favoráveis a um processo de reformas – política, agrária, econômica – que tivessem como modelo o sucesso de países socialistas, por exemplo. Darcy Ribeiro fala no reformismo, mas, na verdade, preconizava uma revisão de todas as relações sociais. As reformas são parte dessa visão, para que o Brasil tivesse uma projeção internacional diferente.

Portanto, há uma polarização das tendências da opinião pública e, o que eu consegui perceber é que, a partir da polarização das tendências de opinião, acabou prevalecendo o ocidental-liberalismo, que é o que desembocou no movimento, para alguns, no Golpe de 64.

A prevalência dessas correntes, internamente – e, correntes, vejam, em relação à forma como o Brasil deveria inserir-se no cenário internacional – determinou os rumos da política interna. Havia uma grande movimentação da opinião pública em relação aos assuntos

internacionais. E o fato de essas correntes se polarizarem, e se tornar prevalente a corrente liberal-ocidentalista, contribuiu definitivamente para o Golpe de 64.

Esta é, grosso modo, a tese que defendi no Doutorado - história, relações internacionais e opinião pública.

Como se poderia, então, trabalhar assuntos mais atuais? Este foi o grande desafio. Colocar um historiador para falar de presente e futuro é problemático, pois não sabemos fazer uma elaboração de cenário futuro sem antes nos debruçarmos exaustivamente sobre as condicionantes históricas. Sofremos para trabalhar com o futuro. Somos péssimos para prever, mas até conseguimos fazer análises do momento presente, bem como ótimas projeções, à luz do que conhecemos da História. Gostei muito do desafio, que foi muito interessante.

Como utilizar essa metodologia para assuntos mais atuais? Novamente, para essa análise, com esse conceito que apresentei, a forma como analisei a relação entre opinião pública e política exterior do Brasil, é preciso haver distanciamento histórico. É preciso ter, pelo menos, um fechamento da questão, ou algo que indique que ela será poucas vezes retomada posteriormente, porque é necessário ver como se movimentam as correntes de opinião em relação ao tema acabado.

Se fizermos uma análise de opinião pública desta maneira – à luz desta metodologia – sobre questões que estão acontecendo e sobre as quais se movimentam diferentes grupos sociais, teremos uma dificuldade de análise, porque algumas correntes de opinião podem aparecer no meio do caminho e não termos domínio delas.

Assim sendo, decidi aplicar essa metodologia na análise do acidente de Alcântara, que envolve relações internacionais e segurança.

É uma temática atual, mas já se concluiu um ciclo de análises, tanto na mídia como no Congresso Nacional, sobre seus desdobramentos, então foi possível teorizar sobre a maneira como a sociedade brasileira percebeu esse acidente.

Foi necessário discutir muito com os meus alunos o desenrolar do problema, os desdobramentos, os diferentes discursos e maneiras de analisá-lo, para, enfim, chegarmos a uma conceituação e até mesmo aos nomes que daríamos às correntes. Acabamos chegando à conclusão de que a opinião pública brasileira se movimentou em relação ao acidente de Alcântara em três correntes básicas, que intitulamos Geoestrategistas, Conspiracionistas e Geoeconomicistas.

Por certo, é apenas uma forma de analisar e não pretendo dar a palavra final sobre o assunto, mas apenas serve para mostrar como a metodologia é aplicável a assuntos mais recentes – e que dizem respeito, neste caso, à questão da segurança.

Evidenciamos, nos meios de comunicação e no discurso parlamentar, os geoestrategistas. São aqueles que viram no acidente, na morte dos brasileiros, uma situação que demandava uma resposta imediata da sociedade brasileira. Mas, como deveria vir essa resposta? Por meio do fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro, pela busca do desenvolvimento científico-tecnológico. Essa é uma das essências do pensamento dessa corrente de opinião: era preciso reforçar o pensamento e a produção científico-tecnológicos do Brasil, com vistas a projetar o País internacionalmente.

Seria uma visão geopolítica muito mais voltada à estratégia de inserção internacional do Brasil e o objetivo dessa corrente seria, basicamente, dizer que aconteceu o infortúnio, mas isso nos mostra que temos de desenvolver ciência e tecnologia no Brasil e só por meio do desenvolvimento da ciência e da tecnologia o Brasil alcançaria projeção internacional, sem o que essa projeção estaria bastante prejudicada.

Os conspiracionistas, a seu turno, se limitavam a uma análise muito precisa: todos alegavam que o acidente teria ocorrido, provavelmente, por causa de sabotagem, porque outros países não queriam que o Brasil dominasse a tecnologia espacial. Isto está muito presente nos jornais e revistas².

O que acontecia? Os conspiracionistas acreditavam que haveria uma mobilização internacional – e eles, em geral, atribuíam à ação norte-americana essa possível sabotagem do projeto brasileiro, para que o Brasil não tivesse domínio da tecnologia espacial, ou seja, que o Programa Espacial Brasileiro não se desenvolvesse.

E essa era uma tônica, porque se lê nos jornais, nas revistas, e no discurso parlamentar, que essa possibilidade era sempre levantada como algo muito importante, e que era preciso o Brasil dar uma resposta para as famílias.

Os geoeconomicistas, por sua vez, tinham uma visão parecida com aquela dos geoestrategistas, mas eram muito mais financistas, voltados para o aspecto econômico da questão. O que eles viam? Viam naquele acidente não só um evento trágico, mas uma janela de oportunidade para que o Brasil pudesse desenvolver o projeto espacial e dele auferisse o máximo de benefícios econômicos. Parte da argumentação deles é fruto, por exemplo, da exaltação da liderança que a Agência Espacial Norte-americana, a Nasa, historicamente teve na corrida espacial; todo o avanço tecnológico – e, portanto, as possibilidades econômicas – que adveio dessa mesma liderança. Há o velcro, o aço super-poderoso, novas tecnologias que se reverterem, futuramente, em recurso financeiro para o

² Agradeço muito ao Professor Alexandre Martchenko, meu amigo e colega de trabalho, que me forneceu material de seu arquivo de recortes de jornais e revistas de opinião.

país detentor. Portanto, os geoeconomicistas tinham esse foco no resultado econômico positivo que esse infortúnio poderia trazer para o País, caso o Governo brasileiro, a partir disso, resolvesse se dedicar mais para obter do domínio da tecnologia espacial produtos que fossem inovadores ou dos quais o Brasil pudesse ter patente. Na verdade, a visão deles seria mais no sentido de como obter os maiores benefícios econômicos e financeiros para o País, a partir do infortúnio ocorrido.

Essas foram as três correntes de opinião que identifiquei, mas, possivelmente, outras pessoas que analisassem o assunto teriam uma visão diferente. É claro que o cientista social tem suas idiossincrasias; analisamos a questão a partir da experiência que temos, mas o que eu quis trazer para vocês foi a maneira de utilizar aquela abordagem em termos de história para um assunto mais atual.

Mas haveria outra maneira de trabalhar a relação entre opinião pública e relações internacionais, em especial a questão da segurança? Sim. As pesquisas de opinião, em se tratando de assunto atual, em andamento, por assim dizer, fornecem um retrato das visões da sociedade sobre determinados temas. Foi o que empreendemos na Universidade Católica de Brasília (UCB). Agradeço à equipe da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, porque nos deu um ânimo adicional para exercitar essa questão e penso que seria muito interessante trabalharmos mais assiduamente com pesquisas de opinião sobre as relações internacionais do Brasil.

Gostei da idéia e, conversando com os meus monitores da disciplina História das Relações Internacionais do Brasil - eles aceitaram o desafio, fizeram um trabalho excelente, e agora estamos na fase de análise dos resultados. Realizamos uma pesquisa de opinião no Distrito Federal e no entorno, onde distribuímos 1.200 questionários. Por enquanto, temos um total de 569 devolvidos.

No questionário que aplicamos existem as seguintes variáveis:

idade, grau de instrução, gênero, domicílio, nível de renda familiar e profissão. Depois que tivermos tabulado todos os resultados, faremos um cruzamento desses dados, onde a temática é justamente a segurança em âmbito nacional e internacional. Nós tratamos de forças policiais, forças armadas, inteligência, imigração, faixa de fronteira, sistema penitenciário, desarmamento, terrorismo internacional, a participação do Brasil em forças de paz e o papel da ONU.

O que isso nos trouxe? Consegui, preliminarmente, fazer, para a apresentação de hoje, a tabulação dos dados por gênero. Tomamos essa variável apenas para ver se haveria alguma diferença entre homens e mulheres em termos de percepção quanto a esta questão da segurança, em âmbito nacional e internacional. É lógico que outras variáveis serão realçadas em pesquisas futuras. Existem coisas que não pesquisamos e já sabemos e existem aquelas que surgiram a partir da pesquisa. Para algumas questões muito interessantes, temos algumas tendências.

Em geral, não há muitas discrepâncias na opinião de homens e mulheres entrevistados no DF e entorno, em agosto de 2004. É bom que fique claro que a referência é sempre esta: DF e entorno, agosto de 2004, questões de segurança interna e externa. Além disso, nota-se que é alto o nível de moradores do DF e entorno que não considera o Brasil um país seguro.

Este é um resultado parcial, mas é a tendência que a pesquisa tem mostrado. Números expressivos atestam, inclusive, que o Brasil é potencial alvo de terrorismo internacional, o que surpreendeu a todos nós, pois não imaginávamos que fossem tão altos. No caso de terrorismo internacional, os percentuais são de 61% entre homens e 67% das mulheres pesquisadas. Consideramos um índice bastante alto para um país que, a princípio, tem uma política exterior que valoriza a diplomacia, o tratado, o jurídico. Portanto, é muito interessante que um percentual alto de pessoas pense que o Brasil possa ser alvo de terrorismo internacional.

Mulheres e homens – outra questão interessantíssima – acreditam que a falta de acesso à educação seria o principal problema de segurança no Brasil hoje, o que nos surpreendeu. É lógico que, depois disso, vamos elaborar esses resultados. Pode-se inferir disso que a resposta à segurança estaria no incremento a políticas de educação?

E as mulheres, dentre outros itens que temos aqui, se preocupam mais com a corrupção do que os homens. Elas consideram que a corrupção é um dos maiores problemas de segurança no Brasil. Observem que existe uma série de outros: criminalidade, acesso à educação, salários baixos, impunidade, tráfico de drogas.

Outro tópico sensível: para uma parte expressiva da população pesquisada, forças policiais e forças armadas não garantem a segurança. É lógico que há um item para as forças armadas e outro para forças policiais. Colocamos isso como conclusão parcial, mas para uma parcela muito expressiva da população, algo como 73% dos homens e 82% das mulheres (falando das forças policiais), e 61% dos homens e 67% das mulheres (falando das forças armadas), estas forças não garantiriam a segurança do País.

Um dado em que há uma certa divergência – e foi o único em que evidenciamos uma pequena discrepância entre homens e mulheres – se refere ao papel das forças armadas. Na questão nº 6, a pergunta é se as forças armadas deveriam ter papel de polícia, além do papel constitucional previsto para elas. O resultado foi bastante dividido, mas para uma pequena maioria dos homens – 51,75% – o que, com a margem de erro, fica praticamente metade a metade, acredita que as forças armadas não deveriam ter um papel diferente do papel constitucional. Ocorre que, para as mulheres, o papel de polícia para as forças armadas seria importante, e o número de mulheres que votaram sim (180) é maior que o número de homens (97). Em termos de proporção, não há grande disparidade, mas entre os que votaram sim e os que votaram não, o percentual de

mulheres que votaram sim é maior, e o dos homens que votaram não é maior. Portanto, há uma certa diferença entre homens e mulheres nesta análise.

Há um número expressivo de mulheres que desconhecem ou preferem não falar das atividades da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN para promover a segurança nacional e internacional. Os homens arriscam mais falar da ABIN, o que também considero um dado interessante, porque há uma certa diferença entre as opiniões dos homens e das mulheres. Quais seriam as razões do desconhecimento feminino em relação às questões de inteligência?

Em outro quesito, os homens acreditam mais na relevância da Polícia Federal que as mulheres. Outro dado interessantíssimo: homens e mulheres têm números semelhantes quanto a concordar sobre a necessidade de campanhas de desarmamento em âmbito nacional, mas quando se trata das campanhas de desarmamento em âmbito internacional, do número de pessoas que pensam que elas não são eficazes, há concordância entre homens e mulheres. Para o plano nacional, campanhas de desarmamento são eficazes e para o plano internacional não são eficazes.

Enfim, entramos, a partir desta questão, na análise internacional.

George Bush é o grande inimigo da segurança internacional, para a maioria das pessoas. Temos 73% dos homens e 77% das mulheres, que o elegeram como a pessoa mais perigosa para a segurança internacional. Em segundo lugar está Osama Bin Laden.

Observem que não colocamos Yasser Arafat³; ele foi citado no item outros por algumas pessoas, mas não em números muito expressivos.

Os grupos terroristas são tidos como os mais perigosos para a segurança internacional, seguidos dos fundamentalistas religiosos.

³ Ainda vivo no segundo semestre de 2004.

Um outro ponto é que as epidemias, a migração e as fronteiras, mais especificamente as da Amazônia, são possíveis focos de problemas para a segurança internacional do Brasil.

Chegamos, então, a algumas conclusões: a opinião pública pode e deve ser mais freqüentemente estudada como uma das mais importantes forças profundas das relações internacionais do Brasil. Espero que isso motive ainda mais os nossos alunos e pessoas de outras áreas fora da academia a trabalharem com opinião pública e relações internacionais; é alvissareiro que possamos estabelecer uma estreita relação com as áreas governamentais.

Outro ponto importante a realçar é que, historicamente no Brasil, há uma relação muito próxima entre opinião pública e relações internacionais, uma influência mútua – a opinião pública influenciando o processo decisório e as relações internacionais influenciando a ação da opinião pública. Isso vem desde o Império até os dias de hoje, como pode atestar tanto a análise historiográfica quanto o estudo dos resultados de pesquisas de opinião.

Homens e mulheres pensam, por vezes, de maneira diversa sobre questões de relações internacionais e segurança. A propósito, o tema de segurança está se tornando, cada vez mais, um elemento de análise das relações internacionais. Retornei recentemente dos Estados Unidos, onde estive participando do *International Visitor Program*, a convite do governo norte-americano; lá conversei com uma série de institutos e universidades, nos quais, em nível de pós-graduação em relações internacionais, a questão de segurança é a tônica central. Certamente, isto se dá pelas razões próprias da atual situação norte-americana. Visitei várias pós-graduações: *Georgetown*, *Princeton*, *University of Southern California*, *University of Texas at Austin*, *Saint Edwards University*, *Saint Mary's University*, *City University of New York*, dentre outras, e, também, os centros que fazem *lobby*. Todos trabalham o aspecto segurança.

O Governo brasileiro deve dedicar mais esforços a essa questão, fomentando a pesquisa, fortalecendo a análise de segurança e aprimorando parcerias que resultem em novas idéias para políticas públicas no setor, mais incisivas em relação à segurança no Brasil.

Ainda nos Estados Unidos, tive acesso aos resultados de uma pesquisa de opinião conduzida em 1999, em que os *scholars*, as pessoas letradas, pensavam que o terrorismo não era ameaça ao país, e entre as pessoas não letradas ou de baixa escolaridade, ou não vinculadas ao mundo acadêmico, era altíssimo o número que considerava o terrorismo uma ameaça para os Estados Unidos. Poucos anos depois, em 2001, a realidade dos ataques terroristas às torres gêmeas do *World Trade Center* contrariou as percepções dos acadêmicos. Por vezes, pensamos que, por estarmos estudando muito o assunto, temos todas as respostas. E o que pudemos observar foi que o sentimento de como a opinião pública se manifesta, como ela se movimenta, pode nos surpreender.

Questões de segurança devem ter o constante acompanhamento da parceria governo-universidade. Proponho e, logicamente, espero que encontremos eco nisso, que tenhamos um instituto de opinião pública e relações internacionais.



A OPINIÃO PÚBLICA E A OPINIÃO PUBLICADA

Jornalista Carlos Chagas

Jornalista e Professor-titular da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, onde leciona as cadeiras de Ética e Legislação nos Meios de Comunicação e História da Imprensa, no curso de graduação, e Jornalismo Político no curso de pós-graduação. Foi Secretário de Imprensa da Presidência da República do Governo Costa e Silva. Dirigiu as sucursais do jornal O Estado de S. Paulo e da revista Manchete, em Brasília. Prêmio Esso de Jornalismo, em 1970. É autor de diversos livros, entre os quais 113 Dias de Angústia, que ficou durante dez anos proibido e está na quarta edição.

A OPINIÃO PÚBLICA E A OPINIÃO PUBLICADA

Eu teria dois caminhos, após a palestra da Professora Tânia – dizer que assino embaixo em gênero, número e grau e não dizer mais nada, ou tecer algumas considerações: existe opinião pública ou publicada? É uma brincadeira que fazemos na imprensa. Obviamente, existe uma opinião diferente da opinião publicada.

Mas, os senhores já repararam que todo dono de jornal bem-sucedido torna-se empresário de mil outras atividades, e todo empresário bem-sucedido de mil outras atividades acaba dono de um jornal? Isso, não há dúvida alguma, significa uma espécie de engessamento, pelo menos da opinião publicada.

Temos de reconhecer que, muitas vezes, a opinião publicada diverge da opinião pública, muitas vezes concorda com ela, mas, sempre que há uma crise, um confronto, um conflito grave no País, a opinião publicada vai ao encontro da opinião pública. Não há dúvida alguma disso, os episódios estão aí, para que nos lembremos deles.

Quero destacar que a imprensa cumpre o seu papel, apesar de todos os excessos, dificuldades, exageros e abusos.

Um segundo aspecto é que virou moda, de algumas décadas para cá, se falar muito do processo histórico sem se falar das pessoas. Há quem diga até que se Napoleão não existisse, a França teria tomado conta da Europa do mesmo jeito. Contesto isso. Penso que o cidadão, o ser humano, é fundamental no processo histórico. Por que digo isso?

Comecei a minha vida profissional, como repórter, no Governo Juscelino. É claro que eu era um simples repórter de polícia, mas, quando adoecia o repórter maior, eu cobria o Presidente Juscelino. E lembro-me de que ele, em termos de relações internacionais, foi fundamental na Operação Pan-Americana.

O primeiro momento em que a opinião pública e Poder Público se entrosaram foi quando o Presidente Getúlio Vargas, mesmo ditador, colocou o Brasil na II Guerra Mundial, ao lado dos Aliados.

O segundo momento – momento importante, é claro que existiram inúmeros outros – eu veria quando o Presidente Juscelino cria a Operação Pan-Americana, à qual me referi, e tenta mudar um pouco a cabeça não só do presidente dos Estados Unidos, Dwight Eisenhower, não só lá de fora, mas aqui de dentro.

Examinando bem as pessoas, como repórter de O Globo, me foi dado acompanhar o Presidente Jânio Quadros em toda a sua campanha, durante sete meses, pelo Brasil todo. Foi uma maravilha, pois conheci o Brasil todo. Mas, tentei conhecer um pouco – até pela natureza das coisas – o homem. E ele era totalmente imprevisível. Na sua campanha, deu certo o que ele fez: prometia tudo a todos. Diante de uma assembléia de estudantes, ele parecia o filho mais novo do Lênin, falava até em socialização dos meios de produção; diante de uma assembléia de operários, ele dizia que os direitos sociais herdados da Era Vargas eram muito pouco diante do que ele faria em termos de co-gestão, de participação dos empregados no lucro das empresas; junto a intelectuais de esquerda, ele pregava o que a Dra. Tânia afirmou: uma política externa independente.

No entanto, ele ia a uma assembléia de empresários e parecia o monetarista mais empedernido do mundo: tudo ao capital e nada ao trabalho. Ele ia às cidades, principalmente no interior, onde a classe média é mais conservadora, e dava a impressão de ser o Torquemada: ia fazer processo, colocar a todos na cadeia.

Durante a campanha, todos ouviram aquilo que queriam ouvir e esqueceram o que não queriam. No entanto, quando ele foi para o governo, foi um desastre total, porque ele não conseguiu mais agradar a todos aqueles setores diversos, distintos, que ele havia agradado para ser eleito.

A sua política externa foi o que eu chamaria de terceiro marco na nossa evolução. E não foi só dele, mas muito mais do Afonso Arinos de Mello Franco. Mas, de qualquer maneira, ele também assumiu aquilo.

Recordo-me que ele gostava de surpreender. Ele concedia uma entrevista coletiva no Rio de Janeiro, falava de todos os assuntos e, ao final, histriônico, ele dizia: “Ah, esqueci! Tenho aqui uma comunicação a toda a imprensa: acabamos de estabelecer relações diplomáticas com a União Soviética.”

O Governo João Goulart eu diria que foi uma continuação, em termos de política externa, do Governo Jânio Quadros. Talvez um pouco mais acirrado, talvez um pouco mais sistematizado, pela grande figura – que a Dra. Tânia citou – que foi o Santiago Dantas.

Eu gostaria de extrapolar um pouco mais, para chegarmos aos governos posteriores e chegarmos ao quarto grande momento da nossa política externa. O Presidente Castelo Branco, evidentemente, seguiu a linha do automatismo: alinhou-se – ou realinhou-se – aos Estados Unidos e não teve muita abertura – ou nenhuma – no rumo da política externa independente.

Já o Presidente Costa e Silva, começou a mudar. Ele deu ordens ao Ministro Magalhães Pinto – chanceler – e negou-se a assinar o tratado de não-proliferação de armas nucleares, admitindo, inclusive, que o Brasil poderia ter a bomba, e a bomba poderia ser usada para fins pacíficos. Não vamos emitir juízo de valor a respeito, mas foi muito importante aquela tomada de posição.

O Governo Garrastazu Médici, com os esforços do Ministro Gibson Barbosa, foi um governo um pouco mais voltado para os países da África. Mas havia uma briga fundamental no governo: o Delfim Neto queria que o governo entrasse na Europa através de Portugal, e o Gibson, através das jovens nações africanas. Resultado: não entramos na Europa.

Mas, o grande momento, neste caso, vem com o Presidente Ernesto Geisel. Façamos justiça: ele, realmente, modificou. No depoimento que deu à Maria Celina, o único jornalista que ele cita sou eu, dizendo que eu não tinha o direito de chamá-lo de ditador. Enfim, façamos justiça a ele: em termos de política externa, o Presidente Ernesto Geisel foi fundamental. E não apenas por haver denunciado o acordo militar Brasil-Estados Unidos, ou por ter feito o acordo nuclear com a Alemanha, mas, principalmente, pela postura que ele adotou, de o Brasil ser um país moderno, independente, buscando o desenvolvimento e sem maiores ligações com interesses internacionais. Façamos justiça a ele.

O Presidente Figueiredo continuou, mais ou menos, a linha geral do Presidente Ernesto Geisel.

Voltando à opinião pública, eu pertenço a uma corrente jornalística, minoritária, que diz que não somos formadores de opinião. Há jornalistas que se consideram formadores de opinião. Nós somos informadores. A sociedade só se desenvolve, evidentemente, estando bem informada de tudo que nela acontece, de bom, de mau, de certo, de errado. A sociedade precisa estar informada de tudo.

Mas, não é só a imprensa, a opinião publicada, que forma a sociedade. Vários outros fatores existem e impulsionam a nossa sociedade. E a opinião publicada, infelizmente, está muito na mão dos donos de jornal, daqueles controladores da imprensa. Não vamos dizer que eles dominam completamente o nosso setor, absolutamente. O jornalista, o repórter, tem o seu papel, tem a sua influência, tem até a sua malícia de burlar o patrão, quando necessário.

O que vemos é um conservadorismo quase permanente na maioria dos meios de comunicação; um conservadorismo que não reflete a opinião pública, a não ser nos momentos de crise, nos momentos de confronto, quando, então, os jornais vão atrás da opinião pública, que eles ajudaram a formar um pouco, ou até desinformar.

Sou um pouco cético, tenho 42 anos de imprensa, e apenas trabalhei na imprensa, mas, de qualquer maneira, eu diria que há uma dicotomia, há um conflito, dentro dos próprios meios de comunicação. Não é que os jornalistas, os repórteres, sejam todos comunistas, sejam todos, agora, recentemente, do PT – não é nada disso. Mas, hoje, temos uma visão diferente de uma visão daquele que usa a notícia, que usa a informação, para a concretização de outros objetivos que não aqueles de informar a sociedade. Nós estamos cansados de ver isso o tempo todo.

Eu visitei a União Soviética e a China, no tempo do Presidente Mao Tsé-tung, e a imprensa lá era um horror total. Ao voltar, eu escrevi isso, e brigaram comigo os embaixadores da União Soviética, da China. A imprensa controlada pelo Estado é algo execrável, é algo que não passa nada para a sociedade. A imprensa controlada pelos meios econômicos também não é a ideal, prejudica a formação da opinião pública. Mas, entre as duas, não há como deixar de optar por uma imprensa num sistema capitalista, muito melhor do que num sistema ditatorial, seja de esquerda ou de direita.

Para completar, o estudo dos homens é muito importante. Eu vivi alguns momentos difíceis: fui porta-voz do Presidente Costa e Silva durante sete meses, quando ele decidiu acabar com o AI-5. Ele havia assinado o AI-5 em dezembro de 1968, havia cedido a pressões. Ele não era um intelectual, mas era um homem de um grande instinto político e, passado algum tempo, ele verificou que tudo que acontecia de ruim no País, de prisões, de torturas, de censura à imprensa, tudo aquilo que estava acontecendo, era debitado a ele, que, afinal, não havia dado ordens para nada daquilo.

Certa vez ele me chamou, pois me conhecia como repórter, eu tinha a coluna política de O Globo, e disse: “Eu não queria passar para a História como mais um general que simplesmente golpeou as instituições. Eu quero acabar com o AI-5 e quero que você seja o meu porta-voz,

para que você me ajude a dar notícias a esse respeito, lentamente, para não chocar ninguém, e dizer que vamos acabar com o AI-5”. Isso foi em maio de 1969.

Evidentemente que eu aceitei, nunca me arrependi disso, e tudo ia dando certo. Ele convocou uma comissão de juristas, sob a presidência dele e do Pedro Aleixo, vice-presidente; eles chegaram a um texto de constituição mais aprimorado, mais próximo à constituição do General De Gaulle, que estava muito em moda àquela época, dando mais poderes ao Executivo. No entanto, preservando as liberdades públicas.

Estava tudo pronto para a nova constituição ser enviada ao Congresso, que estava em recesso, mas seria reaberto em 7 de setembro. No último dia de agosto – e a explicação não é minha, mas de um grande neurologista daquela época, o Dr. Akerman, o Presidente entrou em conflito interno. Afinal, ele era Presidente da República por força dos seus companheiros e não pela força do voto. Ao mesmo tempo, ele não queria passar à História como um ditador, como um presidente que havia fechado as instituições. Portanto, conscientemente, ele tomou a decisão de abrir, de enfrentar, pois ele não admitia mais. Houve até crises pessoais, mas ele batia na mesa e dizia que não adiantava, que o AI-5 iria acabar.

No entanto, no inconsciente, como ele ficava, diante daqueles colegas, amigos, que o haviam feito presidente, e agora discordavam da abertura? Veio, então, a trombose, uma saída do inconsciente. Mesmo assim, ele, viajando para o Rio, já acometido da trombose, chega ao Palácio das Laranjeiras, já sem voz e sem movimentos do lado esquerdo, pede a um ajudante-de-ordens – os Senhores da Marinha o conhecem, e penso que já está na reserva, o Almirante Peixoto, que, naquela época, era capitão-tenente – uma folha de papel, por gestos. Pega na caneta e tenta assinar o nome. Não consegue. Tenta várias vezes – o comando do cérebro não chegava nem à ponta da mão boa. A caneta cai, ele entra

num pranto convulsivo e em estado de coma poucos minutos depois, custando a se recuperar.

Havia acabado o governo, mas íamos sempre visitá-lo. E o drama do Presidente Costa e Silva era que o aparelho receptor do cérebro funcionava, mas o aparelho transmissor estava em curto-circuito. Quando ele tentava se manifestar, não conseguia.

O Peixoto, então, se aproxima dele, e diz: “Presidente, o senhor se lembra daquele dia em que o senhor adoeceu?” Ele balança a cabeça. “O que o senhor queria fazer? Assinar um cheque, algum pagamento a fazer?” Ele balança de novo. “Querida deixar algum recado para a D. Yolanda?” Ele balança de novo. “Querida fazer uma fezinha no Jockey?” (Porque ele jogava muito nos cavalos). Ele balança a cabeça. Aí, o Peixoto pergunta: “O senhor queria assinar a nova Constituição, reabrir o Congresso e acabar com o AI-5?” Ele concorda e começa a chorar convulsivamente.

Isso mostra que o mundo não está dividido entre mocinhos e bandidos. Dou apenas este exemplo, poderia dar dos outros presidentes com os quais eu convivi – quase todos. Somente para mostrar aos senhores que as pessoas são muito importantes nos processos políticos.





DEBATES

DEBATES

Ao final da exposição do Jornalista Carlos Chagas, o Ministro José Carlos de Araújo Leitão, Coordenador de Estudos da Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais, na qualidade de Coordenador da mesa, registrou a presença do General Jorge Armando Felix, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, assim como do Subchefe-Executivo, General Wellington Fonseca. Em seguida, iniciaram-se os debates, por blocos de perguntas.

Primeiro Bloco de Perguntas

Comandante Paulo Ricardo Médici: Gostaria de fazer uma pergunta direcionada ao Jornalista Carlos Chagas. Sou o Comandante Médici, Diretor do Serviço de Relações Públicas da Marinha.

Temos uma assessoria de imprensa a qual considero a área mais nervosa do Serviço de Relações Públicas da Marinha. E mais nervosa porque uma das nossas grandes tarefas é o atendimento às necessidades dos jornalistas e repórteres, que sempre nos mandam muitas perguntas e temos de atendê-las da melhor maneira possível, não só para manter a população informada sobre o que se passa na nossa instituição, mas para fornecer uma resposta adequada para os jornalistas.

E, por vezes, o que ocorre é que se divulga aquela opinião publicada de forma que não condiz com a realidade, até mesmo o que não foi dito como resposta para o jornalista.

Temos a Lei da Imprensa que aborda este tema e por vezes até recorremos, de uma maneira gentil, ao jornalista, no sentido de que, se possível, publicasse no jornal do dia seguinte dando o mesmo enfoque, com o mesmo destaque, para que houvesse a correção da matéria.

Muitas vezes isso ocorre, é feita a correção, e às vezes não. Há determinadas ocasiões em que a instituição acaba por ter uma imagem negativa, diferente da realidade, o que acaba comprometendo a instituição.

Portanto, gostaria de saber a opinião do senhor a respeito disso, que ocorre quase que no dia-a-dia, e é uma grande dificuldade para quem fornece informações, pois as instituições são sempre alvo de críticas dessa natureza.

Coronel Luiz Carlos Albino: Sou o Coronel Albino, vice-chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica.

A professora se referiu a formar e informar a opinião pública e o senhor falou sobre a opinião pública e a opinião publicada. Mais ou menos dentro do mesmo assunto, a minha pergunta é no sentido de saber do senhor, como jornalista – e da senhora, talvez, como pesquisadora, por que há tanta resistência entre os jornalistas para a criação do Conselho de Jornalismo, já que todas as profissões têm o seu conselho nacional?

José de Arimatéia Araújo: Meu nome é Arimatéia, sou da Radiobrás. Na verdade, tenho duas perguntas. Uma, nós temos vizinhos como a Venezuela, e eu gostaria de uma opinião de Carlos Chagas sobre informação publicada e informação verdadeira. Nós temos os veículos privados ligados a interesses econômicos, e tínhamos a TV pública, comunicação pública, e a forma de atuação desses veículos, o que resultou naquilo que vimos em episódio recente. Há também uma questão social, que a nossa palestrante poderia colocar como vê essa situação.

A segunda pergunta é: hoje, os grupos privados brasileiros estão praticamente ligados a políticos. Portanto, na verdade, seriam grupos privados, ou seriam grupos que têm as suas ligações políticas, com suas tendências, e acaba se tornando algo oficial?

Jornalista Carlos Chagas: Comandante Médici, é um fenômeno de

hoje: todas as empresas jornalísticas estão em dificuldades financeiras. Todos sabem disso. É um fenômeno, então, de hoje, que não foi de alguns anos atrás, quando os jornais tinham repórteres que se especializavam em Marinha, Exército, Aeronáutica, Economia, Política. Havia aqueles repórteres, talvez os mais antigos, que freqüentavam a sala de imprensa da Marinha, e eram conhecidos. Esses, então, absorviam muito mais as informações dadas.

Hoje, infelizmente, os jornais não têm tanta gente assim. Portanto, mandam um estagiário: vá ao Ministério da Marinha, porque tem algum problema lá. E o estagiário vai, e não vamos culpá-lo de não ter entendido aquela informação. Pode ser que 10%, maliciosamente, foram lá e distorceram, mas 90% não, pois simplesmente não captaram, não entenderam. Isto é fato, não adianta buscarmos as causas, porque hoje é o que acontece, no Exército, na Marinha, na Aeronáutica, em todos os lugares.

E, o que fazer? Quando um menino desses escrever uma bobagem, distorcendo tudo o que o senhor disse, um telefonema seu pedindo que ele venha tomar um café, chamando-o para conversar, e dizendo que não foi bem assim, é muito mais profícuo, muito mais eficiente, do que pedir a aplicação da Lei de Imprensa pelo direito de resposta, que todos os jornais e televisões passam por cima, atropelam. Porque a Lei diz que a retificação tem de ser feita no mesmo local, na mesma página, com o mesmo tipo tipográfico. E todos, quando fazem, colocam na carta dos leitores, e é uma falta de cidadania nossa, porque o sujeito diz: saiu na carta dos leitores, saiu a metade do que se falou, mas você não quer brigar com a Veja, ou com outros veículos, e fica por isso mesmo. Houvesse mais cidadania, o cidadão poderia exigir na justiça a publicação no mesmo local.

Portanto, Comandante, peço apenas um pouco de compreensão com os repórteres.

Quanto à pergunta do Coronel Albino, sobre o motivo de fazermos tantas restrições ao Conselho Federal de Jornalismo. Primeiro, porque me repugna qualquer organismo que venha me dizer o que eu tenho de fazer. Orientar, disciplinar e fiscalizar é um eufemismo para dizer: olha, não vá por aí, vá por aqui. Mas, isso é pouca coisa. O principal é que o Conselho Federal de Jornalismo terá os seus membros indicados pela Federação Nacional dos Jornalistas – FENAJ. Eu pertenço à Associação Brasileira de Imprensa – ABI, e essas entidades têm funções distintas. A FENAJ é um órgão sindical e a ABI deveria ter uma amplitude maior.

E o pior desse projeto é que o Conselho poderá suspender ou expulsar do exercício da profissão qualquer jornalista que entenda ter faltado com a ética. Toda profissão tem o seu conselho, mas se um médico esquece a tesoura na barriga do doente, e o doente morrer, eis aí um fato concreto: ele cometeu um crime. Se um advogado defende a Jorgina, também está caracterizado um crime. Portanto, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Federal de Medicina terão todo o direito de suspendê-los da profissão.

Mas, porque eu escrevi algo que o Conselho Federal não gostou, porque a estratégia deles é outra, e eu ser punido, não concordo com isso. É esta a minha observação.

O Arimatéia pergunta se há grupos econômicos ligados a políticos? Eu diria que a equação é ao contrário. O que há são políticos ligados a grupos econômicos, em muito maior número.

Professora Tânia Manzur: Na verdade, como os grupos de comunicação têm suas tendências, quando analisamos as correntes de opinião nessa metodologia que utilizei, avaliamos também as tendências de opinião baseadas no que os grupos de comunicação expressam. É muito interessante observarmos que, às vezes, como aconteceu de 1961 a 1964, existiam grupos de comunicação vinculados a expressões políticas e, ao mesmo tempo, vinculados a lideranças econômicas.

As correntes de opinião às quais eu cheguei, na análise, não eram partidárias, por exemplo. Temos políticos de diferentes partidos trabalhando as questões de relações internacionais de maneira muito semelhante. Portanto, é algo muito interessante para se notar – e cabe aí um longo estudo sobre o papel dos partidos políticos no Brasil. Há muitos cientistas políticos que fazem esses estudos, como o Valmireh Chacon e o David Fleischer, da Universidade de Brasília – UnB. Mas o fundamental é que eles também expressam opiniões e, nesse sentido, eles fazem parte desse conjunto das correntes de opinião que formam a opinião pública, de acordo com o conceito que elaborei.

É fato que haja grupos de imprensa que procuram influenciar, formar a opinião pública, mas assim não entraríamos nessa questão do julgamento de valor; o que é um fato, nós aproveitamos para analisar as correntes de opinião de cada período.

Mas, dentre os grupos, existem aqueles – aqui já demos exemplo de um jornalista que pretende fazer isso – que têm como foco de ação informar. E, logicamente, também temos de perceber isso na própria configuração da notícia, ou na própria configuração do discurso. Quando se quer formar a opinião pública, a tendência fica muito explícita.

Todos temos nossas idiosincrasias e não é porque uma pessoa é jornalista que ela será 100% isenta, ou não é porque a pessoa é internacionalista, será 100% isenta. Portanto, as suas vertentes de opinião, a sua ideologia, o seu *background*, a sua formação cultural, acadêmica, tudo isso está envolvido na opinião que você expressa.

Dessa maneira, logicamente, tanto temos os grupos que querem informar como temos os grupos que querem formar. Hoje, não temos um distanciamento histórico suficiente para analisar o momento atual, e o historiador, como já dito, tem dificuldade em pensar em futuro. No entanto, vemos uma tendência na imprensa brasileira, e isso acaba sendo justamente o que o professor e jornalista Carlos Chagas disse, que a nossa imprensa,

hoje, é factóide, grande parte dela, com tendência a querer formar opinião, ao invés de informar.

Seria muito interessante que houvesse mais equilíbrio nesse sentido, porque queremos evitar os extremos. Mas, para o analista, não é o fundamental. É claro que eu, como pessoa, como leitora, tenho as minhas opções, mas, para análise da História, se ele forma ou informa, tem de constar do relatório que se faz e do retrato que se tira daquele momento.

Mas, logicamente, ambas as tendências são elementos de análise. E penso que, nos dias de hoje, vimos, realmente, uma prevalência daqueles grupos de comunicação que pretendem mais do que informar, formar a opinião pública, nas questões de relações internacionais, primordialmente.

Com relação à questão do referendo na Venezuela, é muito difícil ter esse distanciamento para fazer uma análise mais isenta, mas sinto que, o que tenho visto na imprensa, surpreendentemente, é uma tendência à informação, inclusive porque se tem informado que, por exemplo, os Estados Unidos têm questionado o resultado de todo o processo que aconteceu na Venezuela, mas, ao mesmo tempo, existem os delegados da Organização dos Estados Americanos – OEA, observadores que disseram ter sido tudo de acordo com as regras.

Portanto, o que vi foi um certo equilíbrio, mas a minha análise, realmente, está muito limitada, porque não pude perscrutar vários meios de comunicação. Tenho a tendência a olhar aqueles que são os menos parciais.

Segundo Bloco de Perguntas

Comandante Luiz Gusmão do Gabinete de Segurança Institucional: Dentro do tema Opinião Pública e Relações Internacionais e Segurança, nós acabamos de viver um episódio que considero um marco

na História. Nós vimos os Estados Unidos acusarem o Iraque de tudo. Começaram dizendo que possuíam armas de destruição em massa, depois aproveitaram aquele momento histórico vivido, a partir de setembro de 2001, para dizer que o governo do Iraque tinha ligações com o grupo terrorista *Al-Qaeda*. Fato este que motivou a guerra e foi francamente veiculado pela imprensa americana, mostrando uma postura favorável ao governo. Viu-se, depois, que não só não tinham armas de destruição em massa, como não havia nenhuma ligação de Saddam Hussein com o *Al-Qaeda*, que se conheça ou que seja provada.

Enfim, o motivo da guerra foi para levar a democracia ao Iraque. Foi a última desculpa, tirando do poder um ditador brutal, mas fica difícil justificar uma guerra com isso.

Portanto, vimos uma manipulação na qual a imprensa embarcou. A grande imprensa, inclusive a americana, com grandes analistas, com ampla liberdade de opinião, agora quer se retratar. Timidamente, começam a aparecer algumas retratações.

Portanto, eu gostaria que o senhor analisasse esse episódio que nós vivemos, que, penso eu, é bem emblemático, muito relacionado com o que conversamos aqui.

Ivan Marsiglia: Sou Ivan Marsiglia, da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República. Gostaria de perguntar para a professora, embora ela não goste muito de fazer análises mais conjunturais, como ela vê eventuais diferenças entre as questões de política externa e segurança do Governo Lula e do Governo Fernando Henrique, se houve substancialmente uma mudança ou se há uma continuidade. Esta é uma discussão que existe.

Se a senhora pensa que isso foi motivado por alguma mudança grande de opinião pública, dentro daqueles modelos que a senhora explicou.

Tenente-Coronel Joarez Alves Pereira Júnior: Sou o Tenente-

Coronel Joarez, assessor do Gabinete de Segurança Institucional.

Aproveitando a pergunta do Comandante Gusmão, parece que se criou um ciclo com esse processo da mídia ser influenciada pelo que havia de informação – ou suposta informação – do que ocorria no Iraque. A população tomava conhecimento a partir daí, e algo que me surpreendeu, pois tive a oportunidade de viver nos Estados Unidos nesta época, era que toda reportagem apresentava uma pesquisa de opinião que procurava retratar o que a população pensava, com muito mais frequência do que no Brasil.

E não sei se isso pode ou não ser um caminho, talvez, para transformar a opinião publicada no que vem a ser a opinião pública, porque, de alguma maneira, representa o que a opinião pública efetivamente pensa, como vimos numa pesquisa, ainda que restrita, elaborada pela Professora Tânia, que demonstra um pensamento que nem sempre é colocado pela imprensa.

Mas, se o processo começa distorcido, quem alimentou a população para ter aquela opinião foi a imprensa, embora a coletânea da opinião pública seja um processo formulador do que será publicado. Como corrigir esse ciclo, se ele começou distorcido?

Professora Tânia Manzur: Com relação ao que disse o Comandante Gusmão sobre as questões que aconteceram nos Estados Unidos, foi muito importante eu estar naquele país em julho, quando Saddam Hussein veio a júri, na verdade, quando ele reapareceu na cena política e na cena da comunicação social dos Estados Unidos.

A população norte-americana é muito participativa. Confesso que, quando me convidaram para esse programa – *International Visitor Program* – provavelmente alguns dos senhores já participaram desse mesmo programa – eu fui cheia de preconceitos, imaginando o que iria ver e o que iriam me dizer, enfim, como seria em termos de política exterior.

Conversei com assessores de Koffi Anan, Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre questões americanas, e, também, com a delegação norte-americana na ONU. Fui com vários preconceitos, mas tive a experiência de ver como essa participação vem ao encontro do que o Tenente-Coronel Joarez disse: a população americana é, realmente, muito ativa. Foi justamente nessa época que saiu o filme do Michael Moore, e cheguei a ler no jornal a opinião de um senhor que dizia ser totalmente pró-Bush, considerando-o o melhor presidente de todos os tempos que os Estados Unidos já tiveram, mas que morreria pela liberdade de expressão do Michael Moore. Isso foi muito sintomático e explica, de certa forma, como a população norte-americana reage a esse tipo de situação.

E, verdadeiramente, o que se está discutindo muito nos Estados Unidos, a partir de um livro que eu li e que se chama *Worse than the Watergate* (algo como Pior do que Watergate), escrito pelo jornalista John W. Dean, que participou do Governo Nixon, é que o problema de sigilo, hoje, nos Estados Unidos, é muito pior do que aconteceu com o Presidente Nixon no caso Watergate.

Para fazer uma acusação desse tipo, ele precisa de vários elementos, mas comprova por A mais B e, a partir da atuação da imprensa, que há uma série de momentos em que não apenas o Governo Bush mentiu, segundo esse autor afirma, mas ocultou uma série de informações. Há uma obrigação constitucional do governo de prestar esclarecimentos à população, e ele se furtou a fazer todos os esclarecimentos solicitados pela sociedade.

Portanto, há uma grande discussão nos Estados Unidos, hoje, em relação a isso. Muito do papel da imprensa em relação ao caso do Iraque foi devido, certamente, ao problema do sigilo, porque muita coisa se deixava de falar. Segundo o autor John Dean, o problema do sigilo foi uma das grandes causas de todas as distorções que aconte-

ceram, e não somente o fato da mentira de Bush em si. Ele diz que o problema do sigilo teria contribuído, certamente, para as distorções que ocorreram.

Mas, o que isso demonstra, para a nossa análise, principalmente? Que a opinião pública pode ser manipulada, pode ser completamente formada, a partir da atuação dos meios de comunicação. É lógico que eles não são os únicos responsáveis, existe uma determinação governamental, como se sabe. A utilização da propaganda nos governos mais autoritários, digamos assim, é de fundamental importância para se formar a opinião pública em relação às situações mais diversas. Mas, definitivamente, a questão que está em voga nos Estados Unidos acerca do sigilo contribuiu para a imprensa. Não podemos atribuir a culpa total dos problemas que os Estados Unidos enfrentaram à manipulação feita pela imprensa norte-americana ou por grande parte dela. Mas, realmente, foi avassalador o número de grupos de comunicação que se envolveram nessa questão, mostrando-se favoráveis à entrada na guerra, como se aquela argumentação que havia sido entregue, baseada em coisas muito fluidas, e o livro mostra isso, justificasse uma intervenção no Iraque.

E, assim, entramos, então, nas questões de soberania, autodeterminação, não-intervenção, e nos princípios de convivência rechaçados na questão do Iraque.

Respondendo claramente, eu diria que não se pode atribuir à grande imprensa norte-americana a culpa sozinha nesse processo. O problema do sigilo é algo que nas democracias é totalmente combatido.

Tenho dito com muita freqüência que o Brasil, às vezes, em oportunidades internacionais, perde o bonde da História. Por exemplo, logo depois de 11 de setembro, poderia ter levantado a bandeira da tolerância, porque o Brasil é um país cheio de problemas internos, mas a tolerância religiosa é algo muito palpável no País. Poderíamos ter levantado essa bandeira internacional, porque os Estados Unidos se arvoram poder fazer

valer a democracia em outras regiões do mundo, quando eles não têm uma democracia perfeita. A começar pela democracia eleitoral, pois, em termos de números, Bush, certamente, não teve número de votantes maior do que Al Gore.

Em termos de democracia social, eles também não são perfeitos, mas pensam que podem fazer acontecer em outras áreas do mundo. É muito importante que se tenha isso, porque essa é uma demanda do povo americano, de grandes parcelas da população. Entendem que a democracia é um valor simplesmente básico e crucial da convivência entre eles e pensam que podem espalhá-la para o mundo. A política exterior do Brasil tem demonstrado que, às vezes, perdemos a oportunidade, teríamos a chance de sermos líderes no mundo em uma série de questões. Hoje temos visto isso na chamada diplomacia social que se propõe a combater a fome em âmbito mundial, a envidar esforços para esse combate.

Penso ser algo diferente o que se faz hoje no Brasil em relação ao que se fez ao longo da história da política exterior do País, embora o Brasil, em outras épocas, tivesse liderança em questões importantes como o desarmamento; na ONU, houve vários discursos brasileiros importantes.

Acabei abordando o que o Tenente-Coronel Joarez comentou, mas ainda não consegui vislumbrar uma maneira de mudar isso. Se existe continuidade ou mudança em relação à opinião pública e às questões internacionais, como houve de 1961 a 1964, hoje vejo que há uma iniciativa maior do próprio governo do que em outras épocas pós-64 e do que havia no governo passado - de trazer à população as questões internacionais para que a opinião pública se movimente.

Tanto há iniciativas governamentais em informar - a parte de formar opinião analisaremos depois - como também a opinião pública, hoje, se envolve muito com as questões internacionais, porque a situação permite que isso aconteça.

Falo muito das minhas impressões, mas não tenho nenhuma análise formal, não é nada científico. Mas, pelo que tenho visto, existem iniciativas do governo. Poderemos, depois, fazer um paralelo da política externa independente de 1961 a 1964 com a política externa atual.

Jornalista Carlos Chagas: Complementando o que disse a Professora Tânia, se a imprensa norte-americana teve alguma parcela de culpa naquilo que aconteceu, foi a de não ter investigado melhor toda informação que o governo fornecia. E investigar, às vezes, não dá certo, pode dar em Watergate, por exemplo. De maneira que a imprensa foi colateral nessa história.

Com relação à pergunta do senhor Ivan Marsiglia, as diferenças entre os Governos Lula e Fernando Henrique em termos de política externa são muito grandes. Só o fato de o Governo Lula mandar o Embaixador José Maurício Bustani para a Inglaterra, e o Governo Fernando Henrique nada ter feito para defendê-lo, quando ele foi atacado pelo governo norte-americano e destituído da Organização para Proibição de Armas Químicas (Opaq), mostra alguma mudança.

A presença do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, na Secretaria-Geral do Ministério das Relações Exteriores, mostra outra mudança. O Presidente Lula se declarou, publicamente, contra a invasão do Iraque, mas poderia não ter se declarado. Eu pergunto: será que o Presidente Fernando Henrique ficaria contra a invasão do Iraque?

Relativamente à colocação do Tenente-Coronel Joarez, é claro que pesquisa de opinião é algo da maior importância. Fazem-na nos Estados Unidos e são razoáveis. Mas, pesquisa de opinião no Brasil tem um caráter comercial. A opinião é dada de acordo com a vontade do cliente. Estamos vendo isso; acontece muito em períodos eleitorais: os institutos de pesquisa, para não perderem o cliente, amaciam os

números. Dizem: 4% para baixo, 4% para cima. Daqui a pouco serão 16% abaixo, 16% acima, todos podem vencer, porque a empresa de pesquisa vive daquilo e não pode perder os clientes.

Não sou totalmente estatizante, pois creio que um dia teremos um órgão, não só do Estado, mas também da sociedade, financiado para promover pesquisas de opinião verdadeiras, reais, ou que mais se aproximem do real. Mas isso é um risco. Vamos imaginar que se faça uma pesquisa de opinião para os brasileiros se pronunciarem sobre o melhor programa de televisão, e o escolhido for o Ratinho, o que é que vai acontecer? Portanto, é bom termos cuidado, por enquanto, com as pesquisas de opinião no Brasil.

Tânia Manzur: A respeito do que dizia o Jornalista Carlos Chagas, penso que o papel da universidade seria fundamental no que é justamente a nossa idéia: que haja uma parceria entre as instituições governamentais e as universidades, porque a análise seria mais isenta. É lógico que não existe 100% de isenção – mas a nossa proposta é: não fomos parciais na pesquisa, que é uma pequena amostra do que podemos fazer, ainda, em termos de opinião pública e relações internacionais e segurança.

Sem dúvida, quando você tem uma empresa comercial que faz isso, já se possui um certo viés nos resultados da pesquisa. E é justamente este o papel da universidade: que se façam análises, retratos de uma sociedade naquele momento, e de uma sociedade específica.

Como dissemos aqui, devido ao curto espaço de tempo que tivemos, nossa pesquisa foi feita no Distrito Federal e entorno, mas por que não expandi-la para outras áreas do Brasil? A pesquisa de opinião precisa ser vista como um instrumento a ser utilizado na elaboração das políticas públicas e, nos Estados Unidos, a prática constante é a universidade sempre envolvida nas pesquisas de opinião. É claro que existem aquelas dos institutos de opinião privados, mas a pesquisa sobre a qual eu falei, que deu um resultado interessante entre os letrados e os não-

letrados, foi conduzida pela Universidade de *Georgetown*, juntamente com o governo norte-americano.

Assim, é evidente que ao se permitir essa inter-relação, esse contato, isso facilitaria um retrato mais fiel, ou menos infiel, da sociedade naquele momento. Penso que isso contribuiria sobremaneira para o progresso da utilização das pesquisas de opinião.

Ministro José Carlos: Com relação à apresentação da Professora Tânia, um dado muito importante na pesquisa desenvolvida pelos alunos, a partir da apresentação do questionário, é que no universo pesquisado, o Brasil é visto, efetivamente, como um alvo potencial do terrorismo internacional. Este é um dado relevante que vale a pena ressaltar.

Além disso, aquele conceito de força profunda, que está nas teses de Pierre Renouvin e J. Duroselle, também foi muito bem colocado, quando mencionou uma visão mais *lato sensu* da opinião pública.

Com relação à opinião pública e a História do Brasil - já que estou diante de uma historiadora - gostaria de confirmar o seguinte: penso que o Dia do Fico, a Abolição da Escravatura, a participação do Brasil na Campanha da Itália, a participação do Brasil na FEB, na Europa, 1964, o movimento das Diretas-Já e o *impeachment* do Presidente Fernando Collor seriam exemplos significativos da participação da opinião pública, mudando o curso da História do País?

Com relação à apresentação de Carlos Chagas tenho muitas observações a fazer, mas quero destacar duas. A primeira, quando ele mencionou a Operação Pan-Americana (OPA), a qual, hoje, alguns jornalistas não dão a importância que ela teve naquela fase. Gostaria de destacar ainda que, de certa forma, a Operação Pan-Americana foi o embrião para a formação da Aliança para o Progresso, plataforma do Governo Kennedy para a América Latina.

Quando o Jornalista Carlos Chagas faz o que já considerei uma homenagem ao Presidente Geisel, gostaria de estender essa homenagem ao Chanceler Azeredo da Silveira, o grande executor da política externa durante todo o Governo Ernesto Geisel.

E, para o Jornalista Carlos Chagas, a minha pergunta é: se os jornalistas não são formadores de opinião, se são informadores, quem leva o título de formador de opinião?

Professora Tânia Manzur: O senhor citou o Dia do Fico, a Abolição da Escravatura, a participação da FEB na Itália, 1964, as Diretas-Já e o *impeachment* do Presidente Collor. Concordo que todos esses são momentos fundamentais e, para a política exterior, ainda mais claramente. A questão do Dia do Fico foi interessante, porque quem representava a opinião pública nesse momento eram as elites letradas. Esses grupos fizeram um abaixo-assinado com mais de oito mil assinaturas, pedindo a D. Pedro que ficasse no Brasil. D. Pedro, um português, que, a princípio, voltaria para o seu país de origem para assumir o trono. Portanto, tem-se uma movimentação da opinião pública brasileira e, naquela época, as correntes de opinião pública mais fortes eram as elites letradas.

As elites econômicas eram algo associado a isso, mas, basicamente, as elites letradas, que tinham formação acadêmica, influenciaram o ficar no Brasil de D. Pedro I.

Houve uma outra movimentação, logo depois, concernente à dita compra da Independência do Brasil em relação a Portugal por 2 milhões de libras esterlinas, quando houve uma revolta da opinião pública, o que contribuiu para que D. Pedro voltasse a Portugal. Em outras palavras, a opinião pública reflete a situação que se apresenta naquele momento.

A opinião pública influenciou fortemente a entrada do Brasil

na Guerra do Paraguai, por exemplo. Quando o Brasil ficou sozinho, em situação difícil, pois Argentina e Uruguai se retraíram, a própria opinião pública reverteu esse processo, manifestando-se contrária à permanência do Brasil em guerra, em razão do número expressivo de mortos. Dentre outros fatores, a perda de recursos humanos e financeiros fez com que a opinião pública se voltasse contra D. Pedro II e parte dela apoiou o Exército, que voltou fortalecido da Guerra do Paraguai e instaurou a República no Brasil.

A participação do Brasil na I e II Guerras Mundiais foi fortemente influenciada pela atuação da opinião pública. Os entreguistas e nacionalistas no Governo Vargas, a questão dos governos Jânio Quadros e João Goulart são outros exemplos de participação expressiva da opinião pública. Durante os governos militares, alguma manifestação da opinião pública em relação à política exterior ocorre e pode ser percebida até mesmo pelo programa de rádio A Hora do Brasil, de certa forma livre de censura à época – assunto que merece maior aprofundamento. Outro momento importante acontece ao final dos governos militares, quando se buscava uma projeção internacional positiva do Brasil, a partir do movimento Diretas-Já, que muda a história da imagem internacional do país.

Todos esses são momentos em que há uma efervescência da opinião pública em relação às questões internas e externas e, mostram a significativa participação da opinião pública mudando o curso da História brasileira, como o *impeachment*.

Jornalista Carlos Chagas: Se os Senhores me permitem, farei um comentário em relação ao tema da Dra. Tânia, para mostrar a dicotomia, muitas vezes existente, entre a opinião pública e a opinião publicada – as Diretas-Já. Quando o Deputado Ulysses Guimarães, e outros do MDB, lançaram a campanha das Diretas-Já, nenhum veículo de comunicação deu importância. Houve o primeiro comício, em Goiânia, com cinco mil pessoas, depois outros, e os jornais, todos, querendo fazer reverências e

obter benesses do governo daquela época, não davam a menor atenção àquilo que começava a acontecer, ou até criticavam. Expediam uma notinha qualquer.

No entanto, vejam os senhores como a vida é interessante. A Rede Bandeirantes, que estava falindo naquela época, precisava encontrar algo que a fizesse voltar a ter publicidade, e, assim, resolveu transmitir esses comícios. Era até o Joelson Beting, o âncora naquela época.

Ao mesmo tempo, a Folha de São Paulo, que perdia a disputa com o Estadão, o qual estava numa bela fase, também entrou na cobertura das Diretas-Já e em questão de um mês a audiência da Rede Bandeirantes aproximou-se da audiência da Rede Globo e a Folha de São Paulo ultrapassou o Estadão em vendagem. Nesta hora, o Estadão resolveu assumir a campanha também e passou a dar as informações, e a Rede Globo a cobrir os comícios, que ao final – os grandes comícios, no Rio e São Paulo – só começavam depois que o Jornal Nacional entrava no ar. A Globo se aproveitou disso.

Mas, Ministro José Carlos, com relação a se os jornalistas não são formadores de opinião, que leva o título de formador? Esta é uma pergunta difícil.

Quem se forma é a sociedade, dia-a-dia, momento a momento, evoluindo e, às vezes, até involuindo. Mas eu só responderia dizendo que o verdadeiro formador de opinião é o indivíduo.

Ministro José Carlos: Antes de finalizar, gostaria de registrar a presença do Ministro Carlos Henrique Cardim, meu colega do Itamaraty, Coordenador de Mestrado do Instituto Rio Branco, que gentilmente esteve aqui, não só na qualidade de nosso colega – meu e do Ministro José Antônio Macedo Soares – mas também na condição de ex-professor da Professora-Doutora Tânia Manzur, que está a representar os dois seguimentos: o ex-professor e os atuais alunos. Quero

registrar as presenças da Letícia, do Rodrigo, da Sheilla e do Thiago, alunos da Universidade Católica de Brasília, e queria que levassem o nosso abraço e os nossos cumprimentos aos outros colegas que não puderam estar aqui presentes.

Quero também reiterar o meu agradecimento especial à presença do General Felix, que, mais uma vez, prestigiou um evento organizado pela Coordenadoria de Estudos, como parte integrante da SAEI, e agradecer a todos os presentes.



RESUMO

RESUMO

A Opinião Pública e a Segurança do Estado

A Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI) do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República promoveu, no dia 19 de agosto de 2004, uma palestra com o objetivo de debater o tema: A Opinião Pública e a Segurança do Estado.

Realizada no auditório de videodifusão do Palácio do Planalto, em Brasília (DF), a palestra esteve a cargo da Prof^a. Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur e teve como debatedor o Jornalista Carlos Chagas. Ao final, a discussão foi aberta ao público presente.

Assistiram à palestra cerca de 40 pessoas, representando a Secretaria-Geral da Presidência, a Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica, a Advocacia-Geral da União, a Secretaria Especial de Imprensa e Divulgação, o Ministério da Defesa, o Comando da Aeronáutica, o Comando da Marinha, o Comando do Exército, a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a Secretaria Nacional Antidrogas (SENAD), a Radiobrás, o Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores), a Organização das Nações Unidas (ONU), além de alunos do Curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília.

O evento foi aberto pelo Secretário da SAEI, Comandante Cunha Couto, que apresentou as razões para a inserção do tema na pauta do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Depois de lembrar que o GSI é ao mesmo tempo a Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional, um Colegiado de Estado, e a Secretaria-Executiva da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional, um Colegiado de Governo, explicou que nessa dupla atribuição há uma superposição de assuntos de Estado e de Governo, e os dois colegiados tratam em sua área de competência de assuntos que carregam em si potencial de gerar crises. O Comandante concluiu sua intervenção afirmando que o Gabinete considera muito

importante a questão da opinião pública para o gerenciamento de crises, justificando assim a realização do encontro para debater o tema.

Em seguida, transferiu a palavra ao Ministro José Carlos de Araújo Leitão, Coordenador de Estudos da SAEI, que passou a conduzir os trabalhos. Feita a apresentação da Profa. Dra. Tânia Maria Pechir Gomes Manzur, o Ministro concedeu-lhe a palavra para que fizesse sua palestra. Depois da exposição da professora, o Ministro José Carlos apresentou o debatedor, Jornalista Carlos Chagas, e lhe franqueou a palavra para seus comentários. Posteriormente, o debate foi aberto à participação dos convidados.

A OPINIÃO PÚBLICA E A SEGURANÇA DO ESTADO

Professora Tânia Manzur

A Professora Tânia Manzur conduziu a palestra na linha da sua dissertação de Mestrado, feita na Universidade de Brasília, sobre Opinião Pública e Política Externa do Brasil – do Império ao Governo João Goulart, um Balanço Historiográfico, e da sua tese de Doutorado, também na UnB, sobre Opinião Pública e Política Exterior do Brasil nos Governos Jânio Quadros e João Goulart.

Pioneira no Brasil a tratar do assunto, ela partiu do conceito sobre a opinião pública e as relações internacionais como área de estudo, para depois transportar o tema para as questões de opinião pública e segurança.

Relatou que quando fazia a defesa de sua tese foi instigada por uma professora de relações internacionais a criar no Brasil um instituto para tratar de relações internacionais e opinião pública, tema que já avançava na Europa.

Citando a psicóloga Monique Augras, para quem a opinião pública além da manifestação da vontade de um povo pode ser também um meio de manipulação desse povo, ou seja, tanto se pode informar como formar a opinião pública, disse que escolheu trabalhar o tema nos governos Jânio Quadros e João Goulart, porque foi nesse período que se deu o apogeu do populismo no Brasil, e foi um momento em que houve interesse do próprio governo em informar e formar a opinião pública quanto à temática das relações internacionais.

Os governos Quadros e Goulart foram tratados como uma unidade, explicou, porque adotaram uma política externa independente dos blocos, que não vinculava o Brasil a qualquer ideologia. Nesse contexto, a opinião pública reagia muito às questões internacionais. Era um momento em que o Brasil sentia a “ameaça comunista” e ao mesmo tempo discutia o “imperialismo ianque”, levando para as discussões cotidianas as questões internacionais.

Desde o Império a opinião pública se envolve em política externa

A Professora Tânia Manzur disse que procurou identificar as principais correntes de opinião pública que atuaram naquele período (1961-1964), a dos americanistas e dos independentistas. Observou que, desde o Império, há o envolvimento da opinião pública em questões internacionais. A relação é sempre dicotômica, como na Primeira Guerra, quando existiam os pró-entrada na guerra e os antientrada do Brasil no conflito. Na Segunda Guerra, havia os pró-eixo e os pró-aliados. No segundo Governo de Vargas, de 1951 a 1954, a dualidade se dava entre entreguistas e nacionalistas. Segundo a professora, a dicotomia se perpetuou e, nos governos Quadros e Goulart, se tratavam de americanistas e independentistas.

Mas, segundo a Professora, não eram apenas essas duas correntes. Identificou outras formas de expressão da opinião pública, outras maneiras de abordar as questões internacionais que o Brasil vivia naquele momento. Entre os americanistas, por exemplo, havia aqueles que, ao mesmo tempo em que defendiam que as relações com os Estados Unidos eram fundamentais por se tratar da grande potência ocidental, prezavam a independência do Brasil. Outros queriam a universalização da política exterior, com o aumento do número dos parceiros internacionais. Havia quatro correntes fundamentais:

- Liberal-associacionismo – corrente liderada por Roberto Campos e Eugênio Gudin que preconizava a necessidade de relações especiais com os Estados Unidos, inclusive como forma de afastar a ameaça comunista;
- Nacional-liberalismo – corrente defendida por Celso Brant, diferia dos liberal-associacionistas por considerar que o Brasil tinha instituições democráticas suficientemente fortes para não temer o comunismo;
- Universal-independentismo – corrente de tendência mais neutralista, defendia a necessidade do Brasil alargar suas possibilidades internacionais independente das teias dos constrangimentos ideológicos. A política externa independente reflete a visão dessa corrente. Tem no Chanceler Santiago Dantas o seu grande ícone;
- Radical-nacionalismo – corrente dos radicais de esquerda, que tinha como mentor o ex-governador Leonel Brizola.

De 1961 a 1964, relatou a Professora, houve uma radicalização das correntes de opinião. Quatro, inicialmente perceptíveis, vão se polarizando em duas mega-tendências, liberal-ocidentalismo, que abraçava uma série de condições favoráveis aos Estados Unidos e ao combate à ameaça comunista, e nacional-revisionismo, que preconizava uma

revisão de todas as relações sociais. Segundo ela, naquele momento surgiam questões de segurança, porque já se discutiam segurança e defesa coletivas, a partir do questionamento sobre o tipo de ação adotado pelo Brasil para se defender da ameaça comunista. Prevaleceu a primeira corrente que contribuiu, definitivamente, para o Golpe de 1964, conforme conclusão da sua tese de doutorado.

Em Alcântara, o público viu conspiração e quis tirar para o País proveito da catástrofe

Para mostrar que a metodologia das correntes de opinião pública pode ser aplicada a assuntos mais recentes e que dizem respeito à questão da segurança, a Professora Tânia Manzur aplicou a mesma fórmula ao estudar o acidente ocorrido na base de Alcântara, no Maranhão. No seu entendimento o acidente tem muito a ver com relações internacionais e com segurança. Observou que a opinião pública brasileira se movimentou em relação ao acidente, por meio de três correntes básicas: a dos geoestrategistas, a dos conspiracionistas e a dos geoeconomicistas.

Os geoestrategistas, evidenciados nos meios de comunicação e no discurso parlamentar, são os que viram no acidente, na morte dos brasileiros, uma situação que demandava uma resposta da nossa sociedade. Tal resposta deveria ser dada por meio do fortalecimento do Programa Espacial Brasileiro e pela busca do desenvolvimento científico-tecnológico. Essa é uma das essências do pensamento dessa corrente de opinião: era preciso reforçar o pensamento e a produção científico-tecnológicos do Brasil, com vistas a projetar o País internacionalmente.

Seria uma visão geopolítica muito mais voltada à estratégia de inserção internacional do Brasil, com o objetivo de divulgar a ocorrência do infortúnio e mostrar a necessidade de desenvolver ciência e tecnologia,

como única forma de o Brasil alcançar projeção internacional.

Os conspiracionistas se limitavam a uma análise muito precisa. Alegavam que o acidente teria ocorrido, provavelmente, por causa de sabotagem, pois os outros países não queriam que o Brasil dominasse a tecnologia espacial. Acreditavam que havia uma mobilização internacional – e eles, em geral, atribuíam à ação norte-americana a possível sabotagem do projeto brasileiro, para que o Brasil não tivesse domínio da tecnologia espacial, ou seja, para que o Programa Espacial Brasileiro não se desenvolvesse.

Os geoeconomicistas, a seu turno, tinham uma visão parecida com a dos geoestrategistas, mas eram muito mais financistas. Viam no acidente um evento trágico, mas também uma janela de oportunidade para que o Brasil desenvolvesse o projeto espacial e dele auferisse o máximo de benefícios econômicos. Toda argumentação deles é fruto, por exemplo, do trabalho da corrida espacial que a Nasa leva à frente nos Estados Unidos.

O foco dessa corrente era o resultado econômico positivo que o infortúnio poderia trazer para o País, caso o Governo brasileiro resolvesse, a partir disso, se dedicar mais ao domínio da tecnologia espacial, obtendo produtos inovadores os quais o Brasil pudesse patentear. Na verdade, a visão deles seria mais no sentido de como obter os maiores benefícios econômicos e financeiros, possíveis para o País, a partir do infortúnio ocorrido.

O Brasil é visto como alvo do terrorismo internacional

Com o apoio dos seus monitores, na disciplina História das Relações Internacionais do Brasil, a Professora Tânia Manzur resolveu

trabalhar a relação entre opinião pública e relações internacionais, com foco na questão da segurança, fazendo uma pesquisa de opinião no Distrito Federal e nas cidades do entorno. O levantamento surpreendeu com algumas revelações sobre o que a população pensava a respeito da questão da segurança.

Para a coleta de dados da pesquisa, foram distribuídos 1.200 questionários, 569 dos quais devolvidos. As questões versavam sobre a segurança em âmbito nacional e internacional, envolvendo itens como forças policiais, forças armadas, inteligência, sistema penitenciário, desarmamento e o papel da ONU.

Embora os resultados ainda sejam parciais, há relativa uniformidade entre os pesquisados. Para eles, o Brasil não é um país seguro. Mais que isso: 61% dos homens e 67% das mulheres que responderam aos questionários da Professora Tânia Manzur consideram que o Brasil é potencial alvo de terrorismo internacional, o que surpreendeu a pesquisadora e sua equipe. Ela considera o índice bastante alto para um país que, a princípio, tem uma política exterior que valoriza a diplomacia, o tratado, o jurídico. Portanto, é muito interessante o fato de as pessoas pensarem que o Brasil possa ser alvo de terrorismo internacional.

Os pesquisados também consideram a corrupção um dos maiores problemas de segurança no Brasil. Para uma parte expressiva da população pesquisada, as forças policiais (73% dos homens e 82% das mulheres) e as forças armadas (61% dos homens e 67% das mulheres) não garantem a segurança do país. Os pesquisados se dividiram, quando perguntados se as forças armadas deveriam ter papel de polícia, além do seu atual papel constitucional.

Há um número expressivo de mulheres que desconhece ou prefere não falar das atividades desenvolvidas pela Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para promover a segurança nacional e internacional. Os homens, embora arrisquem mais a falar, também revelam grande

desconhecimento sobre as atividades da Agência. Acreditam mais na relevância da Polícia Federal que as mulheres.

Homens e mulheres concordam sobre a necessidade de campanhas de desarmamento em âmbito nacional e acreditam na eficácia desse desarmamento. Quando se trata das campanhas de desarmamento em âmbito internacional, homens e mulheres convergem, mas não acreditam na sua eficácia.

George Bush e Osama Bin Laden ameaçam a segurança internacional

Quando perguntados sobre o grande inimigo da segurança internacional, 73% dos homens e 77% das mulheres apontaram o presidente dos Estados Unidos, George Bush, como a pessoa mais perigosa para a segurança internacional. Em segundo lugar está o saudita Osama Bin Laden. Embora não constasse da lista, o presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, também foi citado, mas em números inexpressivos.

Para os pesquisados, os grupos terroristas são tidos como os mais perigosos para a segurança internacional, seguidos dos fundamentalistas religiosos.

A população pesquisada também considera as epidemias, a migração e as fronteiras, mais especificamente as da Amazônia, como possíveis focos de problemas para a segurança internacional do Brasil.

O Governo brasileiro deve estar atento à questão da segurança

O tema de segurança está se tornando, cada vez mais, um tema

de análise das relações internacionais. Por isso, entende a Professora Tânia Manzur, a opinião pública pode e deve ser mais frequentemente estudada como uma das mais importantes forças das relações internacionais do Brasil. Defende, também, uma estreita relação das pesquisas universitárias sobre o tema com as áreas governamentais e identifica uma relação muito próxima entre opinião pública e relações internacionais, de influência mútua – a opinião pública influenciando o processo decisório e as relações internacionais influenciando a ação da opinião pública.

Durante recente viagem aos Estados Unidos, ela observou que em nível de pós-graduação em relações internacionais, a questão de segurança é a tônica central, naturalmente pelas razões próprias da atual situação norte-americana. Também os centros que fazem *lobby* trabalham a questão da segurança.

Acredita que o Governo brasileiro também deve dedicar esforços a esta questão, fomentando a pesquisa, fortalecendo a análise de segurança e aprimorando parcerias que resultem em novas idéias para políticas públicas no setor, mais incisivas em relação à segurança no Brasil.

Referiu-se a uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, em 1999, em que os *scholars*, pessoas letradas, pensavam que o terrorismo não era ameaça, enquanto entre as pessoas comuns, com menor escolaridade, era altíssimo o número que considerava o terrorismo uma ameaça para os Estados Unidos. Dois anos depois ocorreria o ataque às torres gêmeas e ao Pentágono.

- Às vezes, pensamos que, por estarmos estudando muito o assunto, temos todas as respostas. E o que pudemos observar foi que o sentimento de como a opinião pública se manifesta, como ela se movimenta, pode nos surpreender, disse.

A Professora Tânia Manzur concluiu sua palestra convencida de que questões de segurança devem ter o constante acompanhamento da parceria governo-universidade e que o Brasil deve ter o seu Instituto de Opinião Pública e Relações Internacionais.

A OPINIÃO PÚBLICA E A OPINIÃO PUBLICADA

Jornalista Carlos Chagas

O Jornalista Carlos Chagas iniciou sua intervenção com considerações sobre opinião pública e opinião publicada. Ressalvando que a frase já se constituía numa brincadeira corrente na imprensa, confirmou a existência de uma opinião pública diferente da opinião publicada.

Segundo Chagas, isso ocorre devido à multiplicidade de negócios e de interesses dos proprietários das empresas de comunicação, o que leva a uma espécie de engessamento, pelo menos da opinião publicada.

Embora reconhecendo que muitas vezes a opinião publicada diverge da opinião pública, e muitas vezes concorda, o jornalista disse que sempre que há uma crise, um confronto, um conflito grave no País, a opinião publicada vai ao encontro da opinião pública. Ao final, a imprensa cumpre o seu papel apesar de todos os excessos, dificuldades, exageros e abusos.

Chagas disse que pertence a uma corrente minoritária para a qual os jornalistas não são formadores de opinião, mas informadores. Essa corrente está convencida de que a sociedade só se desenvolve estando bem informada de tudo que nela acontece, de bom, de mau, de certo e de errado, ou seja, a sociedade precisa estar ciente de todos os acontecimentos.

Lamentou ainda o fato de a opinião publicada concentrar-se nas mãos dos donos de jornal, apesar de crer que eles não dominam completamente o setor, uma vez que o jornalista tem o seu papel, a sua influência e a sua malícia de burlar o patrão, quando necessário.

Segundo ele, o que se vê é um conservadorismo quase permanente na maioria dos meios de comunicação, conservadorismo que não reflete a opinião pública, a não ser nos momentos de crise, nos momentos de confronto, quando, então, os jornais vão atrás da opinião pública, a qual ajudaram a formar um pouco, ou até desinformar.

De qualquer maneira, afirma haver uma dicotomia, um conflito, dentro dos próprios meios de comunicação, onde também se usa a notícia, a informação, para a concretização de outros objetivos que não os de informar a sociedade.

Apesar dessa situação, Chagas não acha conveniente tentar mudar a mecânica da imprensa brasileira hoje. Considera que uma imprensa controlada pelo Estado é ainda pior, algo execrável, que não passa nada para a sociedade. Acrescentou que a imprensa controlada pelos meios econômicos também não é a ideal, pois também prejudica em muito a formação da opinião pública.

Mas, entre as duas, disse que não há como deixar de optar por uma imprensa num sistema capitalista em comparação com aquela num sistema ditatorial, seja de esquerda ou de direita.

A opinião pública e o Poder Público se entrosaram quando o Brasil foi à guerra

Na opinião de Chagas, o primeiro momento em que a opinião pública e Poder Público se entrosaram foi quando o Presidente Getúlio Vargas, mesmo ditador, colocou o Brasil na II Guerra Mundial, ao lado

dos Aliados.

O segundo momento, ele identifica quando o Presidente Juscelino Kubitschek cria a Operação Pan-Americana e tenta mudar um pouco a mentalidade não só do Presidente norte-americano Dwight Eisenhower, mas também dos brasileiros.

Como repórter do jornal O Globo, Chagas acompanhou o Presidente Jânio Quadros em toda a sua campanha quando candidato à Presidência, e assistiu sua pregação de uma política externa independente. A política externa de Quadros o jornalista considera o terceiro marco do relacionamento internacional do País.

Considera também que o Governo João Goulart foi uma continuação, em termos de política externa, do Governo Jânio Quadros. Talvez um pouco mais acirrado, um pouco mais sistematizado, pela grande figura de Santiago Dantas.

De acordo com o jornalista, o Brasil só voltaria a viver grandes momentos, em sua política externa, uma década mais tarde, no Governo Ernesto Geisel. Segundo Chagas, em termos de política externa Geisel foi fundamental, não apenas por haver denunciado o acordo militar Brasil-Estados Unidos, ou por ter feito o acordo nuclear com a Alemanha, mas, principalmente, pela postura que ele adotou, de o Brasil ser um país moderno, independente, buscando o desenvolvimento, sem maiores ligações com interesses internacionais.

DEBATES

O Comandante Paulo Ricardo Médici, diretor do Serviço de Relações Públicas da Marinha, manifestou ao Jornalista Carlos Chagas sua insatisfação com a publicação de notícias ou opiniões que não têm

relação com o que foi divulgado ou com a resposta que deu à pergunta do jornalista encarregado da cobertura. O Comandante disse que, quando isso ocorre, tem recorrido à Lei de Imprensa para a devida correção, o que, às vezes, surte efeito, outras não, o que causa prejuízos à imagem da instituição. Ele quis saber como resolver essa questão.

Chagas respondeu a essa preocupação explicando que isso ocorre devido às dificuldades financeiras e econômicas por que passam, atualmente, as empresas jornalísticas, não permitindo que mantenham em todas as áreas jornalistas especializados nas respectivas coberturas. Dessa forma, um jornalista iniciante é designado para fazer a cobertura de determinado evento, sem que ele tenha suficiente preparo para desempenhar a tarefa. Chagas sugeriu que, em vez de recorrer à Lei de Imprensa, o Comandante deveria convidar o jornalista para uma conversa esclarecedora sobre a questão. Acredita que somente em 10% dos casos há malícia propositada, em distorcer a informação, enquanto nos 90% restantes existe o não entendimento, por parte do jornalista, do fato divulgado.

O Coronel Luiz Carlos Albino, vice-chefe do Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, quis saber da Professora Tânia Manzur e do Jornalista Carlos Chagas por que os jornalistas resistem à formação do Conselho de Jornalistas, já que todas as profissões têm os seus conselhos.

A resposta ficou por conta de Chagas, que justificou sua oposição ao projeto de criação do Conselho Federal de Jornalismo porque lhe repugna qualquer forma de controle da sua atividade profissional. Além disso, o Conselho terá os seus membros indicados pela Fenaj, cuja diretoria é composta de jornalistas ligados ou filiados ao Partido dos Trabalhadores (PT), o que levaria, no seu entendimento, a direção do Conselho a seguir a orientação do partido e, com os poderes discricionários que estão previstos em seus estatutos, punir um jornalista, até mesmo com a

cassação do seu registro profissional, que divergisse dessa orientação.

José de Arimatéia Araújo, da Radiobrás, perguntou a Carlos Chagas sobre a ligação de grupos econômicos com políticos e pediu à Professora Tânia Manzur uma análise dos recentes acontecimentos na Venezuela.

Respondendo ao representante da Radiobrás, Chagas disse que a equação é ao contrário: há políticos ligados a grupos econômicos, em muito maior número. Com relação à questão da Venezuela, a Professora Tânia Manzur disse que via uma tendência à informação, com certo equilíbrio. Como exemplo, citou que veículos de comunicação informavam que os Estados Unidos questionavam o resultado do processo de referendo que aconteceu na Venezuela e que, ao mesmo tempo, existiam os observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA) dizendo que tudo corria de acordo com as regras.

No segundo bloco de perguntas, o Comandante Luiz Gusmão, assessor-chefe militar do GSI, pediu a Carlos Chagas uma análise sobre a manipulação da informação pelo Governo norte-americano para justificar a invasão do Iraque. Nessa mesma linha de preocupação, o Tenente-coronel Joarez Alves Pereira Júnior, assessor do GSI, quis saber como corrigir um processo onde a informação começa a ser distorcida na fonte, passa pela imprensa e chega à população para formar uma opinião pública e não para informar.

Ao responder, a Professora Tânia Manzur disse que a manipulação da informação para justificar a ação contra o Iraque teve sua origem na questão do sigilo, quando informações foram subtraídas à imprensa, e esclarecimentos não foram feitos. Isso ocorreu em função do direito constitucional existente nos Estados Unidos que obriga o governo a prestar esclarecimentos à população e há, hoje, uma grande discussão sobre esse direito à informação. Diante da situação, não atribui à grande imprensa norte-americana a culpa sozinha nesse processo, mas também

ao problema do sigilo, que nas democracias é totalmente combatido. Complementando a resposta da Professora, o Jornalista Carlos Chagas disse que se a imprensa teve alguma culpa naquilo que aconteceu foi a de não ter investigado e ter aceitado toda a informação que o Governo norte-americano fornecia.

Em outra questão, Ivan Marsiglia, da Secretaria de Imprensa e Divulgação da Presidência da República, quis saber se, em questões de política externa e de segurança, existem diferenças entre o Governo Lula e o Governo Fernando Henrique Cardoso. Carlos Chagas disse que as diferenças são muito grandes, a começar pelo fato de o Governo Lula ter enviado o Embaixador José Maurício Bustani para a chefia da Embaixada do Brasil em Londres, enquanto o Governo FHC nada fez para defendê-lo, quando ele foi atacado pelo Governo dos Estados Unidos e acabou destituído do cargo de Diretor-Geral da Organização para Proibição de Armas Químicas (Opaq). Outras mudanças apontadas por Chagas na política externa são a presença do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, diplomata afinado com políticas nacionalistas, na Secretaria-Geral do Itamaraty, e a condenação pública do Presidente Lula à invasão do Iraque pelos EUA. Chagas disse ter dúvidas se o ex-presidente Fernando Henrique ficaria publicamente contra a invasão.

Encerrando o ciclo de perguntas, o Ministro José Carlos de Araújo Leitão indagou se episódios da História do Brasil como o Dia do Fico, a Abolição da Escravatura, a participação do Brasil na Campanha da Itália, o Golpe de 1964, o movimento das Diretas-Já e o *impeachment* do Presidente Fernando Collor estariam dentro dos exemplos em que a participação da opinião pública mudava a história do País. Do jornalista Carlos Chagas quis saber: se os jornalistas informam a opinião pública, quem leva o título de formador da opinião pública?

Para Chagas, no dia-a-dia da formação da sociedade, evoluindo e às vezes até involuindo, o verdadeiro formador de opinião é o indivíduo.

A Professora Tânia Manzur viu estreita relação entre a opinião pública e os fatos históricos mencionados pelo Ministro José Carlos. Com relação ao Dia do Fico, lembrou que a opinião pública era representada pelas elites letradas, que fizeram um abaixo-assinado com 8 mil assinaturas pedindo a D. Pedro I que ficasse no Brasil. Da mesma forma, indignada com a compra da independência do Brasil em relação a Portugal por 2 milhões de libras esterlinas, a opinião pública se revolta e contribui para a volta de D. Pedro para Portugal. Acrescentou, também, que a opinião pública influenciou a entrada do Brasil na guerra contra o Paraguai, da mesma forma que, contrária à permanência do Brasil nessa guerra, volta-se contra D. Pedro II, fazendo com que o Exército retornasse fortalecido para instaurar a República.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de resgatar a participação da opinião pública nos mais importantes fatos da História do Brasil, o Encontro proporcionou o aprendizado de como se movimenta a opinião pública brasileira diante de temas que preocupam os Estados modernos, a exemplo do terrorismo internacional.

Como destacou o Ministro José Carlos de Araújo Leitão, a Professora Tânia Manzur trouxe, com a pesquisa que desenvolveu junto à população do Distrito Federal e do entorno, um dado muito importante: o Brasil é visto, efetivamente, como um alvo do terrorismo internacional.

O depoimento do Jornalista Carlos Chagas revelou como e por que a informação é distorcida ou mesmo manipulada pelos meios de comunicação com o objetivo de formar a opinião pública, em vez de informar.

Finalmente, com o exemplo de pesquisa feita nos Estados Unidos, citada pela Professora Tânia Manzur, entre pessoas de menor

escolaridade, que temiam um ataque terrorista àquele país, ao contrário dos *scholars*, ficou a certeza de que a opinião pública deve ser sempre levada em consideração, mesmo nos assuntos em que, na percepção dos especialistas, aparentemente estivesse alheia.